



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES-CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA-UAG
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - CGEO

IRISLALDO ERIK ESTEVAM DA SILVA

**FORMAÇÃO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO
CONJUNTO JARDIM VITÓRIA, CAMPINA GRANDE – PB**

CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO – 2017

IRISLALDO ERIK ESTEVAM DA SILVA

**FORMAÇÃO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO CONJUNTO JARDIM VITÓRIA,
CAMPINA GRANDE – PB**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO – 2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586f Silva, Irislaldo Erik Estevam da.
Formação e dinâmica socioespacial do conjunto Jardim Vitória, Campina Grande-PB / Irislaldo Erik Estevam da Silva. – Campina Grande, 2017.
69 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho".
Referências.

1. Cidades (Geografia). 2. Dinâmica Socioespacial. 3. Conjunto Jardim Vitória – Campina Grande - Paraíba. I. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. II. Título.

CDU 911.375(043)



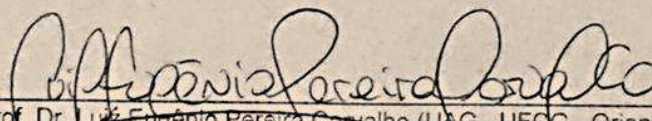
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

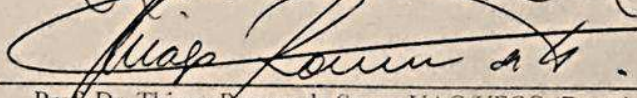
FOLHA DE APROVAÇÃO

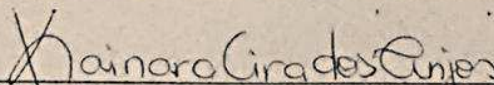
BANCA EXAMINADORA DE: IRISLALDO ERIK ESTEVAM DA SILVA

TÍTULO: FORMAÇÃO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO CONJUNTO JARDIM
VITÓRIA, CAMPINA GRANDE – PB

* Campina Grande (PB), 14 de agosto de 2017.


Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UAG - UFCG - Orientador)


Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza UAG/UFCG (Examinador Interno)


Prof. Dra. Kainara Lira dos Anjos - Curso de Arquitetura e Urbanismo
(Examinadora Externa)

“De todo amor que eu tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh’alma da vida
Sorrindo e fazendo meu eu [...]”

A minha pequena, minha avó Severina, a quem
tenho o privilégio também de chamar de MÃE...

Dedico-te!

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Eis uma palavra que resume o meu sentimento de anos de esforço e dedicação trilhados ao longo de minha graduação. Apesar deste trabalho ser o resultado de uma pesquisa e inquietação minha, aqui, quero deixar claro que não teria chegado ao fim do caminho (que deveras terá continuidade) se ao longo dele não tivesse tido ajuda, apoio, compreensão e amizade de muitos durante todo o tempo. A vitória e o mérito não são somente meus!

Primeiramente, agradeço a Deus por me fortalecer sempre em meio as tribulações e incertezas. Por Ele me dar coragem em meio ao cansaço da caminhada árdua que é ser estudante e trabalhador. Por Ele ser meu sustentáculo e amigo de todas as horas, de toda minha vida.

Quero agradecer aos meus pais Lúcia e Inaldo, fonte de amor e carinho. Minha irmã Islânia pela cumplicidade, amizade e compreensão em situações diversas.

Minha tia Luciana, fonte inesgotável de cumplicidade. Agradeço pelas longas conversas, por muitas vezes me ouvir e acalantar meu choro, por me aconselhar e me apoiar em muitas situações da minha vida. Por ela acreditar em mim e me incentivar em meus estudos desde pequeno. Amo-te sem igual, Aninha!

Não poderia deixar passar em branco alguns nomes que, no decorrer do curso, se fizeram presentes no meu cotidiano dentro da academia. De modo especial aos professores – e amigos – Eugênio e Angélica, pelas orientações, pelos ensinamentos, por eles me ajudarem no meu crescimento intelectual, me incentivarem e me confiarem tantas vezes a participar e organizar eventos dentro da Unidade. A vocês, minha sincera gratidão e amizade.

Aos professores de toda a Unidade Acadêmica de Geografia, mas em especial a Sérgio Murilo, Sérgio Malta, Thiago Romeu, Lincoln Diniz e Sônia Lira pelos ensinamentos e reflexões em disciplinas específicas do curso que me fizeram crescer enquanto sujeito crítico. A vocês, minha admiração!

E o que falar das amizades cultivadas durante o curso? Tantas conversas, risadas, aulas de campo, trabalhos em grupo - festas por que não mencioná-las também? – e, sobretudo, cumplicidade e amor construído ao longo desses quatro anos: Ivana e Odaiza, esse pedacinho de gratidão é pra vocês também! Quero leva-las para o resto de minha vida! Além de vocês, deixo meu carinho e apreço também para Lidiane (melhores abraços), Aninha (maiores ajudas), Dôra (melhores sorrisos), José Edergilson (melhores discussões construtivas),

Vinicius, Aline, Michel e Bruno (a turma da pesada). Sim, juntos formamos o melhor grupo da turma de 2013.1 do curso. Juntos nós fomos demais...

Fora da academia, amizades como as de René, Mônica e Gilmar (o quarteto), foram imprescindíveis em muitos momentos. Larissa e Eunice e toda a galera da Crisma e do EJC... Sim, vocês têm uma parte dessa minha conquista por compartilharem comigo momentos únicos dentro e fora da Igreja e pela compreensão em alguns momentos de dificuldades que me fizeram, por vezes, me ausentar do serviço. Tenho enorme carinho e cuidado sem igual por todos vocês.

Por fim, quero agradecer a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram e tornaram possível a realização e conclusão dessa pesquisa. Muito obrigado!

“[...]”

O sexto planeta era dez vezes maior. Era habitado por um velho que escrevia livros enormes.

- Bravo! Eis um explorador! Exclamou ele, logo que viu o príncipezinho.

O príncipezinho assentou-se na mesa, ofegante. Já viajara tanto!

- De onde vens? Perguntou-lhe o velho.

- Que livro é esse? Perguntou-lhe o príncipezinho. Que faz o senhor aqui?

- Sou geógrafo, respondeu o velho.

- Que é um geógrafo? Perguntou o príncipezinho.

- É um sábio que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos...

- É bem interessante, disse o príncipezinho. Eis, afinal, uma verdadeira profissão! E lançou um olhar, em torno de si, no planeta do geógrafo. Nunca havia visto planeta tão majestoso!

[...]”

- As geografias, disse o geógrafo, são os livros de mais valor. Nunca ficam fora de moda. É muito raro que um monte troque de lugar. É muito raro um oceano esvaziar-se. Nós escrevemos coisas eternas.”

(Antoine de Saint-Exupéry em: O Pequeno Príncipe)

RESUMO

Conhecer e entender a dinâmica socioespacial da cidade sempre se fez importante. É a partir de tal dinâmica que podemos compreender como se manifesta as diversas faces da especulação imobiliária que seleciona, separa e segrega os moradores em diversas partes da urbe. A cidade de Campina Grande não foge à essa regra e apresenta importante crescimento horizontal de sua área urbana e o surgimento de bairros cada vez mais afastados do centro. É a partir de tal dinamismo que trago como objetivo geral a análise do surgimento e da dinâmica socioespacial da chamada “Invasão do Macaíba”, hoje Conjunto Jardim Vitória, localizado no Bairro do Velame. Além das questões relacionados ao surgimento da área de estudo, e como objetivos específicos, o trabalho aborda as lutas da comunidade para a conquista e a chegada de melhorias de infraestrutura e de oferta de serviços urbanos para a localidade, bem como a visão dos moradores com relação a tais serviços atualmente. A metodologia utilizada para a concretização dos objetivos foi o levantamento de material bibliográfico que tratam de temas como: espaço e paisagem urbana, periferação, segregação urbana, invasão e ocupação e, também, leituras relacionadas às leis que configuram o Estatuto da Cidade e a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Para além do material bibliográfico, a metodologia esteve atrelada a análise de imagens de satélite da área de estudo e pesquisa de campo (entrevistas e aplicação de questionários) com os moradores do conjunto. Como considerações, após todo o levantamento de informação e análise dos dados obtidos com a pesquisa, observa-se que todo o processo desde o seu surgimento até a chegada de melhorias de infraestrutura e de serviços de equipamentos urbanos se deram através das conquistas pelas lutas da própria comunidade através da organização da associação dos moradores, que, notadamente, foram um marco para o Jardim Vitória. O seu reconhecimento como uma ZEIS, em 2006, também fez com que houvesse maior atenção dos órgãos públicos para que todas as obras de melhorias fossem, aos poucos, sendo implantadas. O seu exemplo é apenas uma das várias comunidades existentes em Campina Grande. Conhecê-las e estudá-las é importante se faz necessário para geógrafos, historiadores e arquitetos e urbanistas.

Palavras-chave: Conjunto Jardim Vitória, Dinâmica Socioespacial, Equipamentos Urbanos; ZEIS.

ABSTRACT

To know and understand the city socio-spatial dynamic has always been important. It is from this dynamic that we can understand how it manifests the several faces of the real estate speculation, which selects and segregates the residents in many parts of the urbe. Campina Grande city does not escape this rule and presents an important horizontal increasing of its urban area and the arising of neighborhoods increasingly apart from downtown. It is from such dynamism that I bring as a general aim the analysis of the arising and the socio-spatial dynamic of “Macaiba Invasion”, currently called Jardim Vitoria, located at Velame neighborhood. Beyond these questions related to the arising of the study area, and as specific aims, this work addresses the community struggles to the conquest and the arrival of infrastructure improvements, the offer of urban services to the locality, as well as the resident’s view related to these services nowadays. The methodology used in order to achieve the objectives was the survey of a bibliographical material about themes such as: space, urban scenery, urban peripherization and segregation, invasion and occupation, besides some readings related to laws that configure the city statute and the delimitation of Special Zones of Social Interests (SZSI). Beyond the bibliographical material, the methodology was linked to the analysis of satellite images of the study area and a field research (interviews and application of questionnaires) with the residents of the neighborhood. As considerations, after all the survey information and data analysis obtained in the research, it is observed that all the process since its arising till the arrival of infrastructure improvement and also urban services equipments occurred through the own community’s conquests and struggles and the organization of residents’ association which was notably a conquest to Jardim Vitoria. Its recognition as a SZSI in 2006, also contributed for that the public agencies gave more attention to the communities and then the improvement works could be slowly implanted. Its example is just one among several communities existing in Campina Grande. To know and study them is important and necessary to geographers, historians, architects and urbanists.

Key-words: *Jardim Vitoria neighborhood, Socio-spatial dynamics , Urban equipments, SZSI.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização da Cidade de Campina Grande –PB.....	24
FIGURA 2: Malha urbana de Campina Grande e localização do Jardim Vitória.....	25
FIGURA 3: Imagem de satélite do Conjunto Jardim Vitória, Bairro do Velame	28
FIGURA 4: ZEIS do Município de Campina Grande.....	39
FIGURA 5: Conjunto Jardim Vitória, Julho de 2005.....	40
FIGURA 6: Conjunto Jardim Vitória, Maio de 2010.....	41
FIGURA 7: Conjunto Jardim Vitória, Novembro de 2015.....	42
FIGURA 8: Conjunto Jardim Vitória, Junho de 2017.....	43
FIGURA 9: Equipamentos urbanos do Jardim Vitória	46
FIGURA 10: Exemplos de pontos comerciais no Jardim Vitória	47
FIGURA 11: Igrejas presentes no Conjunto Jardim Vitória	48
FIGURA 12: “Áreas de lazer” dentro do Jardim Vitória	48
FIGURA 13: Ruas percorridas pela linha 900 - Radial dentro do Jardim Vitória.....	49
FIGURA 14: Equipamentos urbanos próximos ao Jardim Vitória.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Crescimento Populacional de Campina Grande	27
TABELA 2: Distribuição de ruas e aplicação de questionários	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Tempo de moradia no Conjunto	54
GRÁFICO 2: Conhecimento sobre a história do Jardim Vitória.....	55
GRÁFICO 3: Considerações sobre a infraestrutura	56
GRÁFICO 4: Opinião sobre a qualidade do transporte público	57
GRÁFICO 5: Opinião sobre a segurança no Jardim Vitória	58
GRÁFICO 6: Prioridade para investimentos em equipamentos urbanos	59

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAGEPA – Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande

SAB – Sociedade de Amigos do Bairro

SAGMACS - Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

UBSF - Unidade Básica de Saúde da Família

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O SURGIMENTO DO JARDIM VITÓRIA: ENTENDENDO SUA LOCALIZAÇÃO E ORIGEM	18
2.1 O espaço e a paisagem da cidade	18
2.2 Periferização e segregação urbana-residencial	23
2.3 Área de análise - Localização do Conjunto Jardim Vitória: a Invasão do Macaíba	27
2.4 O início da ocupação.....	28
2.5 Os grupos excluídos construindo a cidade: invasão ou ocupação?.....	30
3 ESTABELECIMENTO DO CONJUNTO DO JARDIM VITÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA INFRAESTRUTURA AO LONGO DO TEMPO	33
3.1 As lutas da comunidade para a conquista de melhorias	33
3.2 A importância do zoneamento e do reconhecimento de uma ZEIS para a aplicação de políticas de melhorias e de planejamento do Conjunto	34
3.3 Mudanças espaciais do Conjunto: uma análise espaço-temporal	40
4 EQUIPAMENTOS URBANOS DO CONJUNTO E A PERCEPÇÃO DOS MORADORES COM RELAÇÃO AOS SEUS SERVIÇOS	45
4.1 Os equipamentos urbanos do Conjunto	45
4.2 Perspectivas: o que ainda precisa melhorar?	51
4.3 O Jardim Vitória segundo a percepção de seus moradores.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	67
ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Campina Grande, como toda cidade em desenvolvimento, apresenta um grande dinamismo no seu crescimento urbano e populacional por conta de sua vocação de cidade polo e por exercer uma centralidade de influência regional abrangendo diversos municípios circunvizinhos. Nos últimos anos a cidade tem se expandido de forma considerável e o surgimento de novas ocupações em sua malha urbana é notável, principalmente nas suas bordas e constituindo-se como periferias.

Campina Grande apresenta importante crescimento horizontal de sua área urbana e o surgimento de bairros cada vez mais afastados do centro. Em muitos deles predomina a forma desordenada e sem planejamento da sua malha. Zmitrowicz (1977) trabalha isso em sua teoria. Podemos destacar que o surgimento de subúrbios nas cidades (como Campina Grande) se caracteriza por “um modelo concêntrico que não se refere a uma cidade estática [...] e que descrever a sequência de eventos referentes ao crescimento da cidade, se realiza de duas formas: expansão periférica e crescente concentração interna” (ZMITROWICZ, 1977. p. 44). Embora seja possível identificar em Campina Grande as duas formas apresentadas por Zmitrowicz acima, este trabalho tratará especificamente da expansão periférica da cidade, considerando a situação do Conjunto do Jardim Vitória, localizado dentro do Bairro do Velame.

Inicialmente chamado de “Invasão do Macaíba”, o local surgiu e se desenvolveu nos primeiros anos da década de 2000 e, desde então tem mostrado significativo dinamismo ao longo do tempo. Esta dinâmica só foi possível por conta da ação de sujeitos que atuaram sobre a área e, a partir de então a fizeram crescer e desenvolver ao longo do tempo.

O espaço é mutável, é um “constante processo de fixos e fluxos” (SANTOS, 1977) e não é estático e, por isso, o conhecimento geográfico, através de metodologias específicas, pode ajudar a desvendar a dinâmica na área de estudo escolhida. Analisar o desenvolvimento do Jardim Vitória ao longo do tempo para que atualmente possa identificar que tipo de população nele reside, qual as suas características e o processo de formação e estabelecimento até chegar no estágio em que o mesmo se encontra, faz-se necessário dentro dessa perspectiva.

Desde cedo fui instigado a saber o porquê da localidade onde vivo não possuir certa organização das ruas e vias. Percebia que elas nem sempre eram contínuas, algumas não possuíam saídas para outras ruas (como a que fica minha residência) e sempre andei comparando com outros bairros, percebendo a dinâmica e organização espacial.

Considerando a experiência de vida nesse espaço e a relação com o conhecimento geográfico, ao longo do curso de graduação foram surgindo questões que servem de orientação para a construção deste trabalho. Minha inquietação acerca dessa história e problemática é a de caracterizar e analisar o desenvolvimento daquela localidade ao longo do tempo. Como era o espaço antes de sua ocupação? Quando de fato se iniciou a invasão e a estrutura do novo Bairro surgiu e foi se organizando? Quando chegaram as melhorias e o desenvolvimento urbano e a infraestrutura necessária que hoje vemos? Estas são as questões que me proponho a responder no Trabalho de Conclusão de Curso através da geografia histórica.

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho é realizar a análise da formação e da dinâmica socioespacial do Conjunto Jardim Vitória, desde o tempo de sua ocupação até os dias atuais. Como objetivos específicos, destacamos: a) Apresentar o processo e a história de ocupação da Invasão do Macaíba, hoje ZEIS/Conjunto do Jardim Vitória; b) Caracterizar a área da comunidade, sua evolução ao longo do tempo, considerando a sua institucionalização como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); c) Sistematizar informações sobre a de infraestrutura do Conjunto e dos serviços de equipamentos urbanos, bem como a opinião dos moradores com relação aos serviços oferecidos por tais equipamentos urbanos.

Para atingir os objetivos expostos, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro é voltado à abordagem do surgimento do bairro, através da associação e discussão de conceitos que levem a refletir e entender acerca de como se deu o processo de sua origem e a (re)produção do espaço urbano, discussões sobre periferização, segregação e invasão e ocupação de áreas, bem como os motivos e a história que levaram as pessoas a se instalarem na localidade no período da ocupação.

No segundo, trago as características de evolução e consolidação do conjunto a partir da organização e das lutas da comunidade. Trago a associação de investimentos de melhorias de infraestrutura a partir de seu reconhecimento como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sua delimitação (zoneamento) e, conseqüentemente, a chegada da infraestrutura urbana. A análise se deu através imagens de satélite e levantamento de informações do Conjunto do Jardim Vitória (ZEIS – Invasão do Macaíba) numa perspectiva espaço-temporal.

No terceiro, abordo através da pesquisa de campo o levantamento de informações partir da percepção dos moradores (tanto antigos, quanto mais novos) que vivem no Conjunto, trazendo à tona a imagem de hoje em dia do Jardim Vitória com relação aos equipamentos urbanos do mesmo e discutindo os desafios ainda enfrentados e as perspectivas de melhorias para o futuro de acordo com a análise da população.

Diante do exposto, esse trabalho se caracteriza como importante para se compreender a dinâmica atual do bairro, além de se concretizar como fonte de pesquisa bibliográfica no que tange à caracterização e processo de evolução espacial ao longo do tempo. Desta forma o trabalho poderá dar um retorno social para a própria população do local de forma que a mesma (re)conheça melhor o lugar onde vive, valorize sua história e possa projetar e cobrar melhorias para o futuro junto aos órgãos competentes da gestão municipal.

2 O SURGIMENTO DO JARDIM VITÓRIA: ENTENDENDO SUA LOCALIZAÇÃO E ORIGEM

2.1 O espaço e a paisagem da cidade

Morar em uma cidade média ou grande no Brasil nos coloca diariamente diante de paisagens inquietantes. As pessoas sem casa e as casas luxuosas. Algumas comunidades sem pleno abastecimento de água e a água sendo utilizada para fins diversos em outras. Os modernos edifícios e as casas resultantes da construção sem o emprego de técnicas formais. Essas são imagens facilmente observadas nas cidades brasileiras. O geógrafo, então, considera essas paisagens para analisar e refletir como elas foram construídas, quais suas características, quais atores interferem naquela realidade. Ainda resulta dessa inquietação a vontade de transformação dessas paisagens em espaços ambientalmente mais sustentáveis e justos.

Estudar o espaço deve considerar essas inquietações. Estudar o espaço urbano deve relacionar tais inquietações aos processos específicos deste tipo de ambiente. A luta pela moradia e a especulação imobiliária são marcas desse meio urbano. Estudar a formação de uma comunidade periférica em uma cidade média do interior da Região Nordeste deve considerar reflexões feitas para outras cidades ao mesmo tempo em que deve analisar as dinâmicas específicas daquele lugar. Estudar o espaço é isso: articular escalas e conhecimentos sobre o processo de construção do lugar em que as pessoas vivem.

Trazer à tona a discussão do espaço e da sua (re)produção ao longo do tempo na cidade, faz-se necessário para entender a sua dinâmica e o modo como ele se manifesta na paisagem. Para nós, o uso dessas duas categorias de estudo da geografia em conjunto permitirão analisar características, particularidades e visibilidades do nosso objeto de estudo.

O espaço é um movimento que para Santos (1977) pode ser entendido como um constante processo de fixos e fluxos e observar sua mudança é indispensável para a compreensão das questões que permeiam a dinâmica espacial. O estudo geográfico deve considerar essa mutabilidade espacial. Aliás, como dito acima, pretendemos que os estudos sirvam de fato para transformações socioespaciais.

Para além desses fixos e fluxos presentes no espaço, é preciso que entendamos que, na perspectiva abordada pelo mesmo autor, podemos entendê-lo como um sistema de objetos e um sistema de ações. Santos (1997), afirma que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados

isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (p. 39)

O espaço na perspectiva enquanto sistema de objetos e sistema de ações é dinâmico. Tal dinamicidade se dá a partir das ações dos sujeitos sobre os objetos. Os sujeitos (sociedade) atuam e modificam o espaço constantemente, atribuindo-lhe características e funcionalidades diversas a partir de suas necessidades. As pessoas ao construírem a cidade, sua casa, seu comércio ou sua igreja estão agindo na transformação do espaço. Deixam suas marcas na paisagem. Onde antes não havia construções, passa a haver. Para construir a cidade as ações transformam os objetos naturais em objetos artificiais. A vegetação foi retirada, o rio foi aterrado e agora temos ruas e casas. É dessa forma que as ações e os objetos vão construindo, transformando, reelaborando o espaço geográfico.

Correlacionando o espaço enquanto sistema de objetos e sistemas de ações com o que se pode entender de espaço urbano, podemos compreender que na cidade os objetos presentes em seu cenário são constantemente modificados e articulados pelas ações dos sujeitos que nela habitam, ou seja, a própria sociedade.

Nessa visão dinâmica do espaço, podemos então entender o que é o espaço urbano e sua produção. Para Corrêa (2009, p. 8 - 9), o espaço urbano pode ser compreendido como um complexo conjunto de uso da terra e, assim, a organização espacial da cidade apresenta-se como um espaço fragmentado e articulado porque ele é, em suma um reflexo da sociedade. Sociedade esta que, historicamente, e, sobretudo, no contexto capitalista, é desigual.

A produção do espaço urbano dentro da sociedade capitalista, então, é cercada de agentes com interesses, intenções e necessidades sociais diferentes que manifestam suas ações gerando relações em tal espaço fragmentando-se e articulando-se, inicialmente, mas não somente nesses dois processos isolados. Assim, a “[...] expressão espacial de processo sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade.” (CORRÊA, 1995, p. 09).

Para Souza (2004), a dimensão espacial na cidade pode ser entendida como um processo da autocriação social na e pela história, podendo ser vistas estas como as relações sociais, que são produtoras do espaço e a espacialidade que condicionam as variadas formas de manifestação de tais relações.

Entender como esse reflexo das ações sociais sobre o espaço urbano se concretiza é entender os motivos que levaram os diferentes grupos a se instalarem em determinados pontos de uma cidade, por exemplo. Segundo Corrêa (2005):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de luta – é um processo social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (p. 11)

Além disso, o estabelecimento de determinados grupos sociais em certos pontos da cidade podem revelar, diretamente, o nível de posição socioeconômica do mesmo o que também é reflexo do sistema no qual estamos inseridos. O surgimento da Invasão de Macaíba na periferia de Campina Grande revela a realidade socioeconômica de seus moradores. A face da urbanidade e sua manifestação infraestrutural na paisagem são fatores para que se possa analisar isso. Para Santos (1993):

O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (p. 11)

A partir desse trecho, é possível ressaltar que a análise da situação da localidade em estudo não pode ser feita exclusivamente com o olhar sobre ela. Existem processos (sociais, econômicos, políticos) que interferem na construção daquele espaço, mas não são realizados naquele espaço. Por exemplo, a ausência de política habitacional no Brasil é fator promotor de ocupações nas cidades brasileiras, mas suas decisões são feitas em locais distantes de Campina Grande.

Até o momento tenho trazido o espaço visto através da abordagem enquanto construção dentro da cidade, ou seja, o espaço urbano. Mas, para além do espaço físico, construído, há o espaço vivido, dotado de importância para aqueles que o constroem. De acordo com Souza (2005), podemos entender que:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes. (p. 99)

Quais “processos sociais subsequentes” seriam esses? Certamente a organização espacial de uma cidade, que é dotada dessas relações, pode ser percebida na paisagem do Jardim Vitória. Esta, por sua vez, como critério de abordagem, é indispensável para se

compreender a construção, estabelecimento e modificação da localidade ao longo do tempo. É a partir da análise da paisagem e a modificação da mesma feita pelos indivíduos que vivem na localidade ao longo do tempo, que nos permitirá compreender a evolução do Conjunto do Jardim Vitória.

Aqui, tomando a paisagem como critério de análise da dinâmica do espaço urbano e da área de estudo em questão, apresento não a paisagem pronta e definida (ou puramente descritiva), mas aquela que não é estática ou inerte e está em constante modificação, justamente sob a égide das ações humanas sobre o espaço (re)construído (que é a forma que venho abordando aqui). Ortigoza (2010), afirma:

Notadamente, o estudo da paisagem foi ganhando importância para as pesquisas geográficas, tendo atualmente o significado de um conjunto de objetos reais concretos. Hoje observamos a paisagem com o reconhecimento de que ela não é um simples amontoado de elementos geográficos desordenados, mas, sim, o resultado de uma combinação dinâmica, em movimento, ou seja, em constante transformação – de elementos físicos, biológicos e humanos (sociais). (p. 83)

A paisagem, como categoria geográfica, apresenta várias conceituações e leituras distintas que dependem da sua forma de abordagem epistemológica nos diferentes momentos do desenvolvimento da ciência geográfica e “desde sua gênese de seu pensamento, sempre representou um desafio instigante e central e, deste modo em todo o seu desenvolvimento do conhecimento acumulado, muito se tem produzido sobre essa categoria de análise.” (ORTIGOZA, 2010, p. 82)

Ela é, ao mesmo tempo, real e cognitiva, tendo, assim, uma natureza dual. Uma é a manifestação concreta sobre o espaço e outra pode ser entendida como a paisagem definida a partir da representação do observador, dotada de uma simbologia e subjetividade.

Esta natureza dual não é dissociativa “sendo ao mesmo tempo real e representação” (CASTRO, 2002, p. 123). A associação de espaço e paisagem, contudo, não quer dizer que os dois termos signifiquem a mesma coisa, podendo ser utilizados de forma generalista um para justificar ou explicar o outro. Essa associação é dotada de distinção, eles podem e devem andar em conjunto, mas no que diz respeito à sua análise, deve-se diferenciá-los. Em “*A Natureza do Espaço*”, Santos (1997), enfatiza que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima” (p. 66).

O espaço, enquanto construção (ou seja, a sua construção de acordo com a materialização das relações antrópicas), é dotado de formas. As formas podem ser fixas ou

fluxos, tais fixos e fluxos possuem função e esta função, por sua vez, podem (e são) variáveis ao longo do tempo de acordo com a necessidade das pessoas sobre os objetos. Assim, a paisagem pode ser compreendida como o conjunto dessas formas espaciais e suas funções num dado momento histórico. Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que a paisagem também não é estática, mas variável e dinâmica, sendo ela a forma de análise do espaço em tais momentos históricos distintos e indispensável para que se possa ter uma análise efetiva das transformações e a evolução do Jardim Vitória ao longo do tempo.

Chego no contexto da paisagem urbana. É importante frisar, que o dinamismo urbano, principalmente dentro do mundo contemporâneo, é diverso por conta do sistema no qual estamos inseridos, o capitalista. As diferentes funções atribuídas ao espaço urbano darão a forma e a “cara” da cidade que, de certa forma, apresenta várias “caras” ou “faces” díspares numa constante articulação socioespacial em diferentes pontos da urbe. Ortigoza (2010), dá ênfase nisso:

No mundo contemporâneo, pela sucessão e acúmulo de tempos, as paisagens urbanas passam a apresentar grandes diversidades fisionômicas, as quais expressam o desenvolvimento econômico e produtivo predominante na sociedade em que elas estão inseridas. Isso porque as formas de apropriação do espaço urbano se desenvolvem de maneira contraditória, na medida em que todas as relações socioespaciais se articulam de forma desigual e combinada. (p. 84)

Cavalcanti (2001), também correlaciona as duas categorias que são distintas mas que, integradas, proporcionam um melhor entendimento da organização da cidade. Como bem enfatiza a autora:

Paisagem urbana é o aspecto visível do espaço, é sua expressão formal, aparente. Como dimensão formal, expressa conteúdo, as relações sociais que a formam. Assim, ela é história social e concreta. O espaço é o conteúdo, são as relações sociais em movimentam que se materializam especialmente. Paisagem é o conjunto formado pelos objetos e sua disposição, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. Daí decorre a sua distinção entre paisagem urbana e espaço urbano. Na análise do espaço urbano, a paisagem é uma importante categoria, na medida em que, pela observação atenta e criteriosa, ela fornece pistas para a compreensão desse espaço. A observação da paisagem urbana permite perceber a especialização das diferentes classes sociais; áreas deterioradas, áreas segregadas, áreas nobres, áreas em processo de valorização são facilmente reconhecidas na paisagem. É também possível perceber a historicidade da sociedade materializada na paisagem, por meio de formas antigas que permanecem para além das funções que as criaram. (p. 66)

Por fim, compreende-se que a cidade é de um todo tomada de apropriações e uso de seus espaços, muitas vezes ociosos. Em alguns desses espaços que muitos grupos escolhem para se fixar e ali iniciar uma nova forma de organização de habitação e de relações diversas, alterando o espaço e, conseqüentemente, a paisagem. “Assim, a construção da paisagem urbana renasce como um fenômeno complexo e de amplo alcance, que merece ser sempre

investigado, pois mantém um movimento de criação e recriação complexo e contínuo.” (ORTIGOZA, 2010, p. 90). É por isso que se faz importante entender o espaço e paisagem pois, de maneira conjunta, ajudam na compreensão e na análise da área de estudo que se originou e evoluiu em uma das bordas da cidade, numa zona periférica e distante do centro de Campina Grande. Mas por quê nessa localidade? Temos de entender esse processo de estabelecimento de grupos em locais mais afastados do centro da cidade. A periferização e a segregação urbana acontecem constantemente na urbe. É esse processo que iremos entender no ponto seguinte.

2.2 Periferização e segregação urbana-residencial

As questões que envolvem termos como periferização, vulnerabilidade e segregação urbana-residencial e marginalização da população em bairros mais afastados, constituindo subúrbios com serviços básicos de saneamento e de mobilidade relativamente precários são processos comuns que toda e qualquer cidade em pleno processo de expansão urbana intenso perpassa. Conhecer e saber correlacionar esses termos, nos permitirá identifica-los no Jardim Vitória. Para Souza (2005):

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Que sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas [...] sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços. A segregação (residencial) induzida pode ser observada em cidades desde a Antiguidade. (p. 68)

É a própria existência humana e suas relações ao longo do tempo na cidade que exprimem “a evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até se tornar um bairro popular” (CORRÊA, 1995, p. 31). O estabelecimento de pessoas numa determinada localidade e suas ações sobre as mesmas vão firmando, gradualmente, sua fixação e consolidação, melhorando, primeiramente, suas habitações e implantando atividades econômicas que vão dinamizando o lugar. Santos (1993) afirma que “a rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; a cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas da vida econômica e social [...]”. (p. 58)

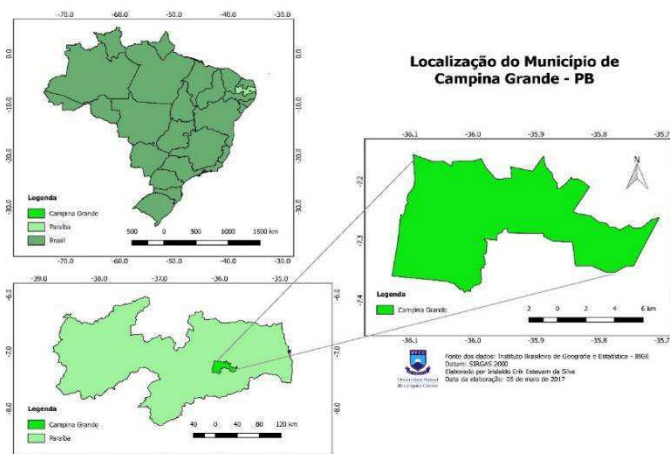
Corrêa (1995), ao invés de falar em segregação (residencial) induzida, aborda o assunto utilizando termo como auto segregação e segregação imposta. Para o autor, a primeira refere-se à segregação da classe dominante que, por assim preferir, criam para si espaços confortáveis em meio ao caos da cidade, já a segunda é a segregação dos grupos sociais que não possuem poucas ou até nenhuma opção favorável de moradia. (p. 64). E continua:

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação, no entanto, é própria do capitalismo [...] (p. 69 - 70)

Ainda dentro dessa perspectiva da segregação induzida pelas desigualdades geradas pelo sistema capitalista e como reflexo da especulação imobiliária¹ dentro das cidades, Vasconcelos (2004)², ressalta que “na atual literatura geográfica sobre as questões urbanas brasileiras, utiliza-se sobretudo o conceito de “segregação socioespacial”, devido as grandes desigualdades socioeconômicas existentes e seus reflexos no espaço urbano [...]” (p. 6)

O Jardim Vitória, enquanto localidade segregada pode ser identificada, justamente, a partir dessa visão de Corrêa, sendo ela, então, um processo de segregação dos grupos sociais que não possuíam moradias fixas anteriormente e ali se instalaram para suprir suas necessidades habitacionais. Essa segregação também é, notadamente, periférica e bem afastada do centro da cidade de Campina Grande, ou seja, é uma zona periférica distante do centro comercial da cidade. Para efeitos de melhor visualização, trago a localização da cidade de Campina Grande (Figura 1) e malha urbana da cidade (Figura 2) com a localização do centro e da área de estudo.

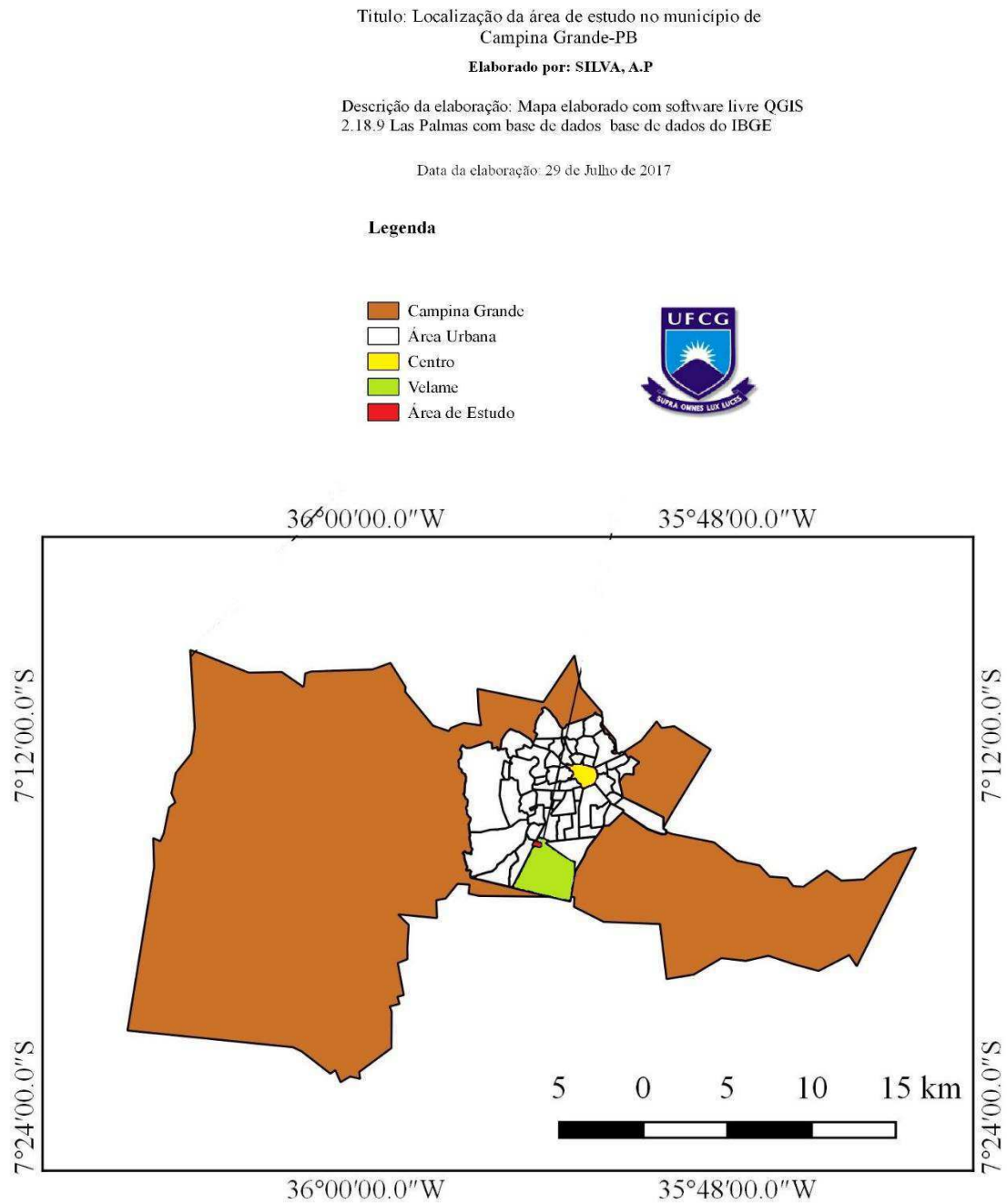
FIGURA 1: Localização da Cidade de Campina Grande – PB



Elaborado pelo autor, 2017.

¹ Campos Filho (2001, p. 48) define especulação imobiliária, em termos gerais, como: [...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos [...]. (p. 48) Assim, a especulação imobiliária se caracteriza como sendo a distribuição coletiva dos custos de melhorias das localizações, ao passo que há a apropriação e a privação dos lucros advindos de tais melhorias

² Em seu texto intitulado “A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração”, Pedro Almeida Vasconcelos (2004), aborda como o conceito de segregação residencial pode ser aplicado no caso do Brasil em vários momentos da história (desde como é visto pelos antecedentes portugueses e passando a ser reproduzido na América Portuguesa, Brasil Imperial e Brasil Republicano), deixando considerações e reflexões acerca de como o Estado percebe e negligencia os casos de segregação da sociedade sobretudo com os mais pobres.

FIGURA 2: Malha urbana de Campina Grande e localização do Jardim Vitória

Elaborado por Ana Paula da Silva, 2017.

Como dinamismo, a segregação é um processo constante na cidade que perpassa ininterruptamente o tempo e, conseqüentemente, gera diferenciações no espaço urbano. Cavalcanti (2001), ressalta que “a segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço intraurbano. Seu estudo é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana. (p. 69)

No que tange a questão da periferização (ou também favelização), Valladares (2005)³ enfatiza que se deve haver o (re)conhecimento desse processo. Segundo a autora:

Os conhecimentos a técnicos e científicos que servem para orientar ou até mesmo justificar as políticas públicas e suas mudanças relativas às favelas propõem uma visão dessas aglomerações como realidade específica do mundo urbano brasileiro, em particular das grandes cidades. (p. 120)

Corrêa (1995, p. 30-31) diz que é na produção da periferia e das favelas (em terrenos públicos ou privados) que os grupos sociais excluídos tornam-se, de fato, agentes modeladores do espaço onde vivem, reconstruindo-o constantemente. Segundo o autor, é nessa constante reprodução que se dá a forma de resistência para ali se manterem e construir uma estratégia de resistência frente às diversidades impostas pelo sistema. A sua evolução até se tornar uma localidade popular resulta, então, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco e ao longo do tempo, vão modificando e melhorando suas habitações, implantando atividades diversas, como é o caso do Jardim Vitória.

Há um processo lento, gradual e constante do crescimento da(s) periferia(s) na Cidade. Esse processo de periferização social e geográfica anda em conjunto e surge por conta da própria dinâmica urbana. Para Silva (2007):

A periferia surge quando ocorre uma alta elevação do valor dos terrenos do centro da cidade, fazendo com que os moradores com menor poder aquisitivo procurem moradias com valores acessíveis, porém, em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura. Esse processo está relacionado à dinâmica das cidades, elas crescem e não agregam todos os moradores de forma semelhante, sua expansão causa a expulsão dos pobres do centro e os segrega em regiões pouco desenvolvidas. (p. 05)

Assim, entender esse processo e o porquê ele se estabelece ao longo do tempo é também compreender as necessidades da população que se estabeleceram em nessas áreas periféricas. No tópico seguinte trago a localização do Conjunto do Jardim Vitória e um pouco da história de surgimento do mesmo

³ Em “A invenção da favela: do mito de origem à favela.com”, Valladares faz uma análise e resgate histórico sobre a origem das atuais comunidades da cidade do Rio de Janeiro a partir do processo de favelização iniciado ainda no final século XIX. A autora enfatiza os planos de reforma e intervenção urbana na cidade que levaram a perda de habitação para milhares de pessoas. Associada à explosão do crescimento urbano-populacional e a constante chegada de migrantes, cada vez mais se deu a ocupação dos morros da cidade do Rio de Janeiro. Valladares também aborda questões de análise acerca da estrutura e desenvolvimento socioespacial das periferias das favelas que surgiram na primeira metade do século XX a partir de trabalhos e ações de pessoas como: Maria Hortência do Nascimento e Silva, Alberto Passos Guimarães, Victor Alves de Moura, Dom Helder Câmara, Pe. Le Bret, dentre outros. Além da ação de órgãos de pesquisa que surgiram com o intuito de melhorar a qualidade da infraestrutura urbana das favelas (após estas serem reconhecidas) como a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e a atuação da *Peace Corps*. Por fim, a autora apresenta as questões atuais que giram em torno das favelas, os dados de recenseamento e os estudos bibliográficos mais recentes realizados por Universidades.

2.3 Área de análise - Localização do Conjunto Jardim Vitória: a Invasão do Macaíba

Conhecer como se iniciou o surgimento do Conjunto Jardim Vitória e sua localização faz parte do processo para se compreender os motivos pelos quais as pessoas se instalaram em determinada localidade. Para tal, é preciso, também, conhecer um pouco da dinâmica da Cidade de Campina Grande e sua evolução ao longo do tempo.

A cidade de Campina Grande (vide Figura 1 p. 19) está localizada no Agreste Paraibano e sobre o Planalto da Borborema com uma altitude média de 550m, possuindo um clima tropical quente e seco (semiárido). Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade está a cerca de 125 km de distância da capital João Pessoa. Em 2010 contava com 385. 213 habitantes e com projeção, para o ano de 2016, de 407.754 habitantes. Sua densidade demográfica, ainda segundo o censo 2010 era de 648,31 hab/km² (IBGE, 2017).

Assim como tantas outras no Brasil, apresentou um rápido crescimento urbano e populacional nas últimas décadas (tabela 1) graças a um conjunto de fatores que possibilitaram a sua expansão. Dentre elas a tendente atração de pessoas por se caracterizar como uma cidade polo microrregional (com intensas atividades universitária, comercial, industrial e de serviços) e, para além dessas características, a crescente especulação imobiliária. Assim, a expansão urbana desordenada da cidade pode ser entendida. Para Souza (1963):

A expansão urbana, em vez de acompanhar eixos bem definidos, que são aqueles determinados pelos corredores ferroviários, avança em todas as direções como uma mancha de óleo, embora, ao mesmo tempo, avance aos “saltos”, devido à presença de “vazios urbanos” a serem debitados na conta da especulação imobiliária. (p. 86)

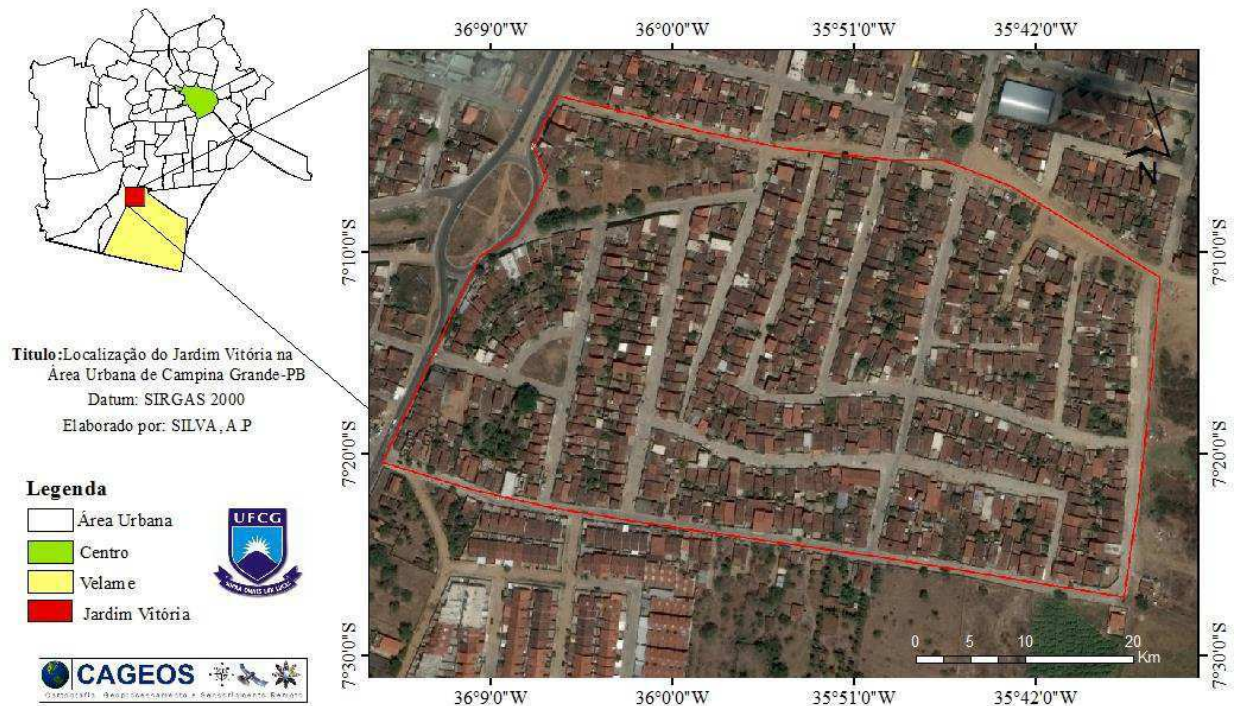
TABELA 1: Crescimento Populacional de Campina Grande

	População	1970	1980	1991	2000	2010
Campina Grande - PB	Urbana	167.335	228.182	307.468	337.484	367.278
	Rural	27.968	19.645	18.839	17.847	17.998
	Total	195.303	247.827	326.307	355.331	385.276

FONTE: Censos IBGE 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como já demarcado nas imagens anteriores, o Conjunto Jardim Vitória está localizado dentro do Bairro do Velame faz parte da Zona Sul da Cidade e, para efeitos de melhor visualização trago a imagem de satélite mais aproximada da área (Figura 3).

FIGURA 3: Imagem de Satélite do Conjunto Jardim Vitória, Bairro do Velame



FONTE: Google Imagens, 2017

2.4 O início da ocupação

A história da ocupação e assentamento pelas pessoas se deu nos primeiros meses dos anos de 1999 e se expandiu a partir dos anos 2000, através de um movimento de invasão sobre um terreno particular na área.

Segundo entrevista realizada com o Senhor José Paulo Oliveira⁴, que estava à frente da comunidade na época, e foi o primeiro presidente da Organização da Associação de Moradores do Conjunto nos primeiros anos, o terreno do Sítio Velame, onde as pessoas se instalaram, pertenciam ao Senhor Antônio Macaíba e é daí que deriva o primeiro nome da localidade, chamada de “Invasão do Macaíba”.

A partir da entrevista realizada, o processo se iniciou após a revolta de populares com os constantes assaltos aos moto-taxistas que aconteciam na estrada do Sítio Velame, caminho que dava acesso ao Bairro do Acácio Figueiredo (Catingueira). Naquela época, os moto-

⁴ A entrevista realizada com o Senhor José Paulo Oliveira ocorreu no dia 08 de junho de 2017, uma quinta-feira. Na ocasião, ele respondeu todas as perguntas sobre o início da ocupação do Jardim Vitória (Invasão do Macaíba), contando detalhes de como ocorreu o processo. Mostrou, também, documentos comprobatórios (tanto dos representantes do conjunto, quanto da prefeitura), arquivos, atas lavradas a partir de reuniões com os moradores do local, dentre outros. Vale ressaltar que todo o texto escrito sobre o início da ocupação foi feito a partir de sua descrição de como aconteceu o processo no local. O mesmo permitiu que a conversa fosse gravada e seu nome identificado no trabalho (caso precisasse), bem como fotografar os documentos apresentados.

taxistas vítimas de assaltos eram mortos e enterrados na área da propriedade do Senhor Antônio Macaíba. Segundo relatos, alguns foram até mesmo enterrados vivos.

Como a propriedade era muito grande, ficava difícil para os caseiros que cuidavam do sítio do Senhor Antônio Macaíba, vigiar toda área. Apenas os caseiros moravam no local naquela época, quando o mesmo começou a ser local de “desova” desses corpos.

Quando as pessoas começaram a se instalar na área do sítio, o próprio Antônio Macaíba não se pôs contra o movimento. De acordo com o relato, o dono do sítio deu uma entrevista para a TV Borborema na época, pedindo à prefeitura que não despejasse os ocupantes em seu terreno, uma vez que ele queria propor aos órgãos competentes a venda da propriedade para suprir a sua dívida junto a Prefeitura Municipal. Segundo o Senhor Paulo, o terreno estava avaliado em cerca de R\$ 350 mil e após a negociação da Prefeitura com o Senhor Antônio Macaíba e seus filhos (herdeiros que também não se opuseram ao processo de ocupação) foram realizadas as devidas subtrações dos débitos e o mesmo foi vendido por um valor de R\$ 150 mil.

Mas a luta não parava por aí. O intuito da Prefeitura após a compra do terreno era o de despejar as pessoas que o “invadiram”. Daí se iniciava um outro processo pela permanência das pessoas no local. O entrevistado afirmou que eles não eram invasores, já que compraram os lotes de terreno ao antigo dono por valores ínfimos de R\$ 100, R\$ 200 ou em troca de eletrodomésticos.

Pelo plano da Prefeitura, cujo prefeito nos anos 2000 era Cássio Cunha Lima, era o de construir um conjunto popular e remover as famílias da chamada “Invasão do Tambor” para a nova área adquirida. Para não possibilitar essa ação da prefeitura, as pessoas que já estavam por lá começaram a construir suas moradias mesmo às pressas e de forma precária. Com o passar do tempo, outras famílias foram chegando e se estabelecendo. As que possuíam alguma condição a mais tratavam logo de erguer suas casas, já outras montavam barracas e passavam o dia vigiando seus lotes. O reconhecimento da área do Conjunto do Jardim Vitória só foi feito mesmo no ano de 2004 (Anexo 1) a partir do Projeto de Lei nº 082/2004 do então vereador Romero Rodrigues Veiga (Anexo 2).

Antes de explanar o processo de consolidação do Conjunto, uma discussão se faz necessária: de um lado se tinha a Prefeitura chamando os ocupantes de invasores, por outro, as pessoas afirmavam não terem invadido, já que haviam comprado os lotes de terreno. Qual termo seria então correto nesse caso? Invadir e ocupar têm o mesmo sentido? Vejamos no tópico seguinte.

2.5 Os grupos excluídos construindo a cidade: invasão ou ocupação?

Como exposto até aqui a partir da entrevista e dos documentos trazidos no que diz respeito ao surgimento e reconhecimento do Jardim Vitória, vemos que o mesmo se deu através da chegada de pessoas em um terreno particular ocioso na área onde o mesmo se localiza (Sítio Velame – propriedade do Senhor Antônio Macaíba). O que trago aqui, agora, é a reflexão acerca desse termo: invasão. Ainda mais: seria este o termo correto para se definir o estabelecimento do conjunto? A “ocupação” seria então um termo mais apropriado?

Invadir e ocupar possuem conotação de peso, interpretação e de compreensão diferentes. Isso se dá a partir do modo processual de como se dá cada uma das formas de assentamento, sejam em áreas rurais ou urbanas. Segundo Almeida (2006):

INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo. (p. 01)

O que se precisa compreender é que, no âmbito urbano, o acesso a habitação é um direito fundamental garantido pelo Estado. O que se percebe na cidade (e não só na cidade) é que a forma de direito e acesso a moradia se dá de forma desigual, sobretudo por conta da especulação imobiliária alavancada pelo capital, que restringe esse direito, selecionando aqueles que podem ter mais ou menos condições para a aquisição de seus imóveis em determinados pontos estritamente selecionados da cidade. Luz (2001) explica que:

O direito humano à moradia é um direito fundamental, garantido constitucionalmente, que necessita ser implementado por meio de políticas públicas habitacionais sólidas, como modo de amenizar as históricas diferenças sociais no País, garantindo o bem-estar de todos e todas e a preservação do meio ambiente. Assim, na adversidade e na falta de compromisso do poder público, quando nem mesmo nas periferias é possível morar, é que as pessoas ocupam terras sistematicamente. Configura-se aqui o estado de necessidade. (p. 01)

A própria forma de organização da cidade, tende a “expulsar” aqueles que não possuem condições de adquirir de forma “legal” a sua residência. Gerando um processo de segregação que, para Souza (1963, p. 82-83), pode ser entendido como dois grandes problemas, ou duas grandes problemáticas, associam-se fortemente às grandes cidades: a *da pobreza* e a *da segregação residencial*. [...] Quando à *segregação residencial*, ela é, essencialmente, um produto da cidade. Como visto anteriormente no tópico sobre segregação e periferização e, no caso do Jardim Vitória, ocorre o processo de segregação residencial

imposta pelo próprio sistema que se estabelece dentro da dinâmica urbana. Esse processo é especulativo e desigual seguindo lógicas capitalistas de apropriação do espaço urbano.

A distribuição de terras de formas desiguais na cidade é algo perceptível em todo o país. Notadamente, a ocupação desordenada que,

[...] historicamente privilegiou a especulação imobiliária e os interesses de loteadores e proprietários, obrigou a população empobrecida a viver onde as propriedades são mais baratas exatamente por serem carentes em infraestrutura urbana, em flagrante desrespeito ao direito humano à moradia. (LUZ, 2011, p. 01)

De certo, a população empobrecida nem sempre têm condições de, mesmo assim, adquirir imóveis em localidades mais baratas. A própria especulação imobiliária e a distribuição desigual de terras na cidade proporcionam a existência dos chamados “vazios urbanos” sem nenhuma função social⁵. A partir de tal especulação na cidade

Muitos proprietários urbanos ganham dinheiro beneficiando-se dos melhoramentos públicos realizados na região. Assim, detêm uma área de terra, não porque precisam ou porque efetivamente podem dar uma função social ao imóvel, mas esperando a sua valorização. (ALMEIDA, 2006, p. 03)

Diante do exposto e de acordo com o depoimento da entrevista, apesar do termo mais utilizado pelos órgãos ser “invasão”, o que pode-se concluir que, no caso do Conjunto do Jardim Vitória (Invasão do Macaíba), a forma como se apresenta seu processo de estabelecimento e, posteriormente, de desenvolvimento (que será analisado no capítulo seguinte), caracteriza-se melhor como o sendo um processo de “ocupação”.

Entretanto, como ressalta Maricato (2005):

Como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido tolerada. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. A realidade urbana é prova inofismável disso. Impossível; admitir o contrário pois se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos [...] Não é em toda localização, entretanto, que a ocupação de terras urbanas é tolerada. (p. 05).

Como dito, há uma lógica especulativa imobiliária na cidade. E é por ela que se analisa as várias faces do desenvolvimento urbano em determinadas áreas de acordo com o seu processo de formação até o seu estabelecimento e reconhecimento.

⁵ Juridicamente, o direito à propriedade é um direito real oponível *erga omnes*, ou seja, *para todos*. Segundo Laureano (2009), os não proprietários dessa terra, devem respeitar esse direito de propriedade dentro na cidade. Entretanto, se esta propriedade de terras está inerte ou não cumpre sua função social, logo está vazia. Dessa forma, nos termos do Art. 5º XXVI da Constituição Federal, se houver a ocupação de tal terreno e os ocupantes instituírem função social para a área, não se pode afirmar que esta é uma invasão de propriedade ou de imóvel. Invasor é aquele que se diz proprietário sem atribuir a determinada função, ou seja, não tem legitimidade.

No capítulo seguinte, então, enfatizo como se deu o processo de consolidação da ocupação através da luta dos moradores para o reconhecimento do Jardim Vitória junto à Prefeitura Municipal de Campina Grande e a sua evolução da infraestrutura e disponibilidade de serviços urbanos ao longo do tempo a partir dessas mesmas lutas.

3 ESTABELECIMENTO DO CONJUNTO DO JARDIM VITÓRIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA INFRAESTRUTURA AO LONGO DO TEMPO

3.1 As lutas da comunidade para a conquista de melhorias

Retomando, agora, a história do estabelecimento das pessoas na localidade do Sítio Velame (Invasão do Macaíba), até se chegar ao reconhecimento do Conjunto que seria denominado, posteriormente de Jardim Vitória, houve um longo caminho de organização e mobilização dos moradores.

O processo de consolidação do Jardim Vitória foi lento e gradual e passou por momentos de organização dos moradores para que pudessem levar suas reivindicações de melhorias do Conjunto para os órgãos competentes.

Segundo o Senhor José Paulo (presidente de da associação de moradores no período), mesmo após a legalização da área em 2004, ainda havia o medo de serem despejados. Para que eles conseguissem se assentar de forma permanente e não serem remanejados do local, primeiramente, deveria haver uma organização de vias na área e estas deveriam ser nomeadas.

A organização comunitária para se reivindicar e se efetivar esses direitos de melhorias é importantes. A ação política e organização dos próprios moradores na construção do espaço urbano onde moram e na luta pelo seu direito à habitação é imprescindível. São as pessoas que vivem na comunidade que a conhecem bem e é preciso respeitar sua organização e forma de vida, bem como seus desejos de melhorias para a localidade. Para Costa e Cézar (1992):

De importância fundamental para a compreensão das lutas populares são as tendências políticas que as orientam, posto que, não se pode concluir que são as únicas responsáveis por suas conquistas, ou por seus fracassos, certamente neles interferem de forma decisiva, à medida que oferecem alternativas de organização, de táticas e de estratégias. (p. 19)

No caso do Jardim Vitória, a forma de organização da ação política para que houvesse a luta e as devidas reivindicações de melhorias para o Conjunto foi, primeiramente, a eleição de uma Comissão de representantes que ficassem à frente do movimento. Foi realizada uma assembleia em 2006 (Anexo 3) com os moradores para a eleição (oficialização) de tais representantes. Após isso o termo de posse dos representantes composto por 12 pessoas da comunidade foi lavrado em ata (Anexo 4).

Quando todo esse processo foi realizado, iniciou-se uma nova etapa da mobilização dos componentes da associação para conquistar uma melhor abertura de vias no conjunto que já haviam sido nomeadas (Anexo 5) desde o ano anterior (2005), antes mesmo da

oficialização e nomeação dos representantes da comunidade. Segundo o entrevistado, uma melhor abertura das vias foi realizada a partir de então e os moradores puderam se organizar melhor, realizar limpeza e capinagem, retirada de lixo e nivelamento do terrenos..

Após esse processo, iniciava então outro movimento dos moradores: a luta para se conseguir a chegada das obras de infraestrutura das ruas do conjunto (implantação da rede de esgotos e água encanada, o calçamento das ruas, a coleta semanal de lixo doméstico e a cobertura da área por uma linha de transporte coletivo). A primeira etapa dessa reivindicação se deu ainda em 2005 pela proposta do “Programa Boa Nova” (Anexo 6), mas por falta de uma associação de moradores com representantes reconhecidos, a proposta não foi atendida.

Em 2006, já com os representantes da comunidade escolhidos em assembleia de moradores (já supracitado), uma nova proposta (Anexo 7) foi encaminhada à Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba (CAGEPA).

Como todo conjunto popular que nasce, cresce e se evolui na cidade, o Jardim Vitória também passou por esse processo pela ação dos seus moradores que, juntos, não mediram esforços para alcançar as melhorias do local junto aos órgãos competentes. Após seu reconhecimento e sua classificação como uma ZEIS da cidade de Campina Grande (que será enfatizada no tópico seguinte), as mudanças foram graduais, constantes e significativas. No tópico seguinte, analiso a partir das imagens de satélite momentos importantes que marcaram a chegada de tais modificações no espaço do Conjunto do Jardim Vitória com o passar do tempo.

3.2 A importância do zoneamento e do reconhecimento de uma ZEIS para a aplicação de políticas de melhorias e de planejamento do Conjunto

De acordo com as análises das imagens de satélite, percebemos que o Jardim Vitória não é planejado e que nasceu e cresceu de acordo com a necessidade de ocupação da população que nele se estabeleceu e demarcou, progressivamente, seu território até chegar a configuração atual. Campos Filho (2003)⁶, classifica os tipos de bairro segundo a estrutura do tecido urbano com a qual o mesmo se apresenta. De acordo com a classificação do autor, temos os seguintes tipos:

Tipo 1: bairro nascendo e se desenvolvendo isoladamente, usualmente na periferia do espaço urbano da época em que é associado;

⁶ Ver obra do autor “Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade” que traz abordagens acerca de estrutura, planejamento urbano, zoneamento e propostas para que a população seja ativa nos movimentos e orçamentos participativos em sua cidade para cobrar ações de melhoria para o bairro onde se mora.

Tipo 2: bairro se relacionando a bairros vizinhos formando uma malha de bairros, conforme o território urbano vai se expandindo;
 Tipo 3: bairro planejado tipo “jardim”, que nasce usualmente nas periferias urbanas da época em que são implantados, e depois podem ir ficando centrais;
 Tipo 4: bairro que se transformou em central na estrutura urbana devido a expansão do território da cidade.” (p. 60)

Apesar do autor se referir aos tipos de desenhos urbanos de bairro, em analogia à sua classificação, identificamos que o Conjunto Jardim Vitória pode ser, de acordo com Campos Filho (2001), identificado como bairro do Tipo 1. O autor enfatiza sua classificação:

O tipo 1 tende a ser o que nasce de uma ausência de planejamento, com o mercado atingindo livremente, sem zoneamento ou com sua desobediência sistemática, como na região dos mananciais, ou regulando por um zoneamento misto aberto, sem controle sobre suas transformações [...] (p. 62)

Dentro da perspectiva abordada por Cavalcanti (2001) e, voltando para a área em questão, percebemos que o espaço reproduzido hoje só existe por conta da organização social que nele se instaurou e orientou de forma a (re)organizá-lo continuamente, embora de forma não planejada. Assim, o arranjo estrutural das vias (um tanto desordenadas), ajuda a perceber que o planejamento urbano do mesmo não foi pensado anteriormente ao seu surgimento. Elas foram sendo desenhadas conforme a população se instalava e determinava seus terrenos e lotes no espaço que se apropriaram dentro da cidade. Ela explica que:

A cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações; contudo, ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado [...] Um aspecto a discutir no estudo da cidade e do espaço urbano é o significado e a importância de postular uma produção do espaço urbano e não uma organização desse espaço. (p. 66-67)

O desenvolvimento em si aconteceu a partir da fixação da população e das relações que ela estabeleceu a partir cotidiano, reconstruindo o espaço urbano e possibilitando o acesso à moradia de famílias que antes não tinham lugar para sobreviver ou que sobreviviam de aluguel, mas que, de toda forma, não detinham suas próprias propriedades.

Surge em Campina Grande, ainda em 2006, no Plano Diretor, o instrumento urbanístico das ZEIS, que já vinha sendo utilizado em outras cidades do país e se disseminou a partir da promulgação do Estatuto da Cidade. Esse instrumento pretende possibilitar melhor adequação urbanística de áreas pobres e sua regularização fundiária. Na cidade de Campina Grande, a regulamentação das ZEIS e seu processo de demarcação foi efetivado no ano de 2009 em complemento da Lei Nº 003/2006.

Assim a área em estudo foi incorporada no zoneamento da cidade e o que antes era uma área de invasão, logo foi transformada pela Prefeitura em uma ZEIS. A partir de então,

houve uma maior atenção para as melhorias urbanas de infraestrutura da área. Segundo o Ministério das Cidades (2009):

A expressão “Zona Especial de Interesse Social” - ZEIS surgiu em Recife, na lei municipal de uso do solo de 1983, delimitando áreas urbanas “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana” (p. 10)

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da chamada “Invasão do Macaíba” que hoje forma o Conjunto do Jardim Vitória, no Bairro do Velame, como dito anteriormente localiza-se na Zona Sul da cidade de Campina Grande - PB. Surgiu na primeira metade da década de 2000 por meio da ocupação de um terreno particular por moradores e, desde então, houve um processo de ocupação, crescimento e evolução do Conjunto.

Foi a partir dessa dinâmica de ocupação e de desenvolvimento urbano, que pôde-se caracterizá-la como uma ZEIS que foi delimitada por uma área previamente ocupada. É o que afirma o Ministério das Cidades (2009):

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. (p. 17)

A partir de então, o que podemos identificar de ações sobre planejamento urbanístico e qual a sua importância para a melhoria do Jardim Vitória será toda embasada a partir de sua classificação como uma ZEIS. “Planejar as cidades tem como objetivo a garantia do bem-estar da população adequando a expansão urbana às necessidades presentes e futuras.” (CARVALHO *[et. al.]*, 2010, p. 01)

Sabendo, agora, como se deu o processo de surgimento e estabelecimento do Jardim Vitória e sabendo que o mesmo também é uma ZEIS criada a partir da observação de uma área já ocupada, podemos afirmar que sua legalização pode ser respaldada a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo a partir do Plano Diretor da Cidade como afirmam Carvalho *[et. al.]* (2010) em seu trabalho intitulado “Gestão e planejamento de áreas urbanas”.

É a partir do reconhecimento de uma ZEIS que há, também, o reconhecimento da diversidade de ocupação de solo nas cidades. O estabelecimento de uma ZEIS é importante para que se tenha a possibilidade de se construir uma legalidade na área ocupada e, portanto, o direito de moradia e habitação dos cidadãos nela estabelecidos a partir de tal legalidade atribuída. Desta feita, o município tem sobre determinada área uma atenção maior e específica

para que se concentrem ações de melhorias de planejamento urbano, infraestrutura e para a implantação de serviços públicos na localidade em questão, como postos de saúde, escolas, creches, etc. A definição de uma área como ZEIS leva o município:

- a) permitir a inclusão de parcelas da população que foram marginalizadas da cidade, por não terem tido possibilidades de ocupação do solo urbano dentro das regras legais;
- b) permitir a introdução de serviços e infraestrutura urbana nos locais onde eles antes não chegavam, melhorando as condições de vida da população;
- c) regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois reduzindo-se as diferenças de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação, reduz-se também as diferenças de preços entre elas;
- d) introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos;
- e) aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas – vistas nesse caso muitas vezes com bons olhos pela população, pois os serviços e infra-estrutura deixam de ser encarados como favores, e passam a ser obrigações do poder público;
- f) aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda. (PÓLIS-IDESEFES, Recife, p. 01, 1998)

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) é a lei que regulamenta os artigos nº 182 e 183 da Constituição de 1988, neles são estabelecidas normas que regulamentam o uso e a propriedade do solo urbano para o interesse social em prol do bem coletivo (CARVALHO *[et. al.]*, 2010, p. 09). A partir do Estatuto, há então a concretização de instrumentos que poderão ajudar e auxiliar no planejamento urbano além de, obviamente, instituir outros conceitos e argumentos que permitam ao município ter um maior controle e gestão urbanística sobre sua área e fiscalização sobre o uso do solo.

Pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, nota-se:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez

anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (p. 12-13)

O reconhecimento e delimitação da área da ZEIS (a partir do zoneamento de áreas) é importante, pois ela permite o avanço nas políticas públicas para se realizar as melhorias de infraestrutura no local. O documento do Ministério das Cidades (2009) ainda afirma que “o poder público municipal é responsável por coordenar a implementação das ZEIS, porque elas são um instrumento da política de desenvolvimento urbano do município.” (p. 18). Desta feita, após o reconhecimento e implementação, a área pode fazer parte dos projetos de melhorias urbanas que abarca todo o município. Souza (1963), aborda o conceito de zoneamento e assinala que:

O zoneamento de prioridades, que é uma identificação dos espaços (ou zonas, como prefere o linguajar técnico) que, por serem problemáticos, são considerados como merecedores de atenção especial por parte do Poder Público. Esses espaços podem ser favelas e loteamentos irregulares, demandando regularização da propriedade da terra e investimentos em infra-estrutura; podem ser, também, áreas de preservação ambiental. O assunto dos zoneamentos exige, contudo, um maior detalhe. O tipo mais usual de zoneamento é o zoneamento de uso do solo Nele, a cidade é dividida em zonas conforme o tipo de uso do solo mais adequado para as diferentes partes do tecido urbano.” (p. 128)

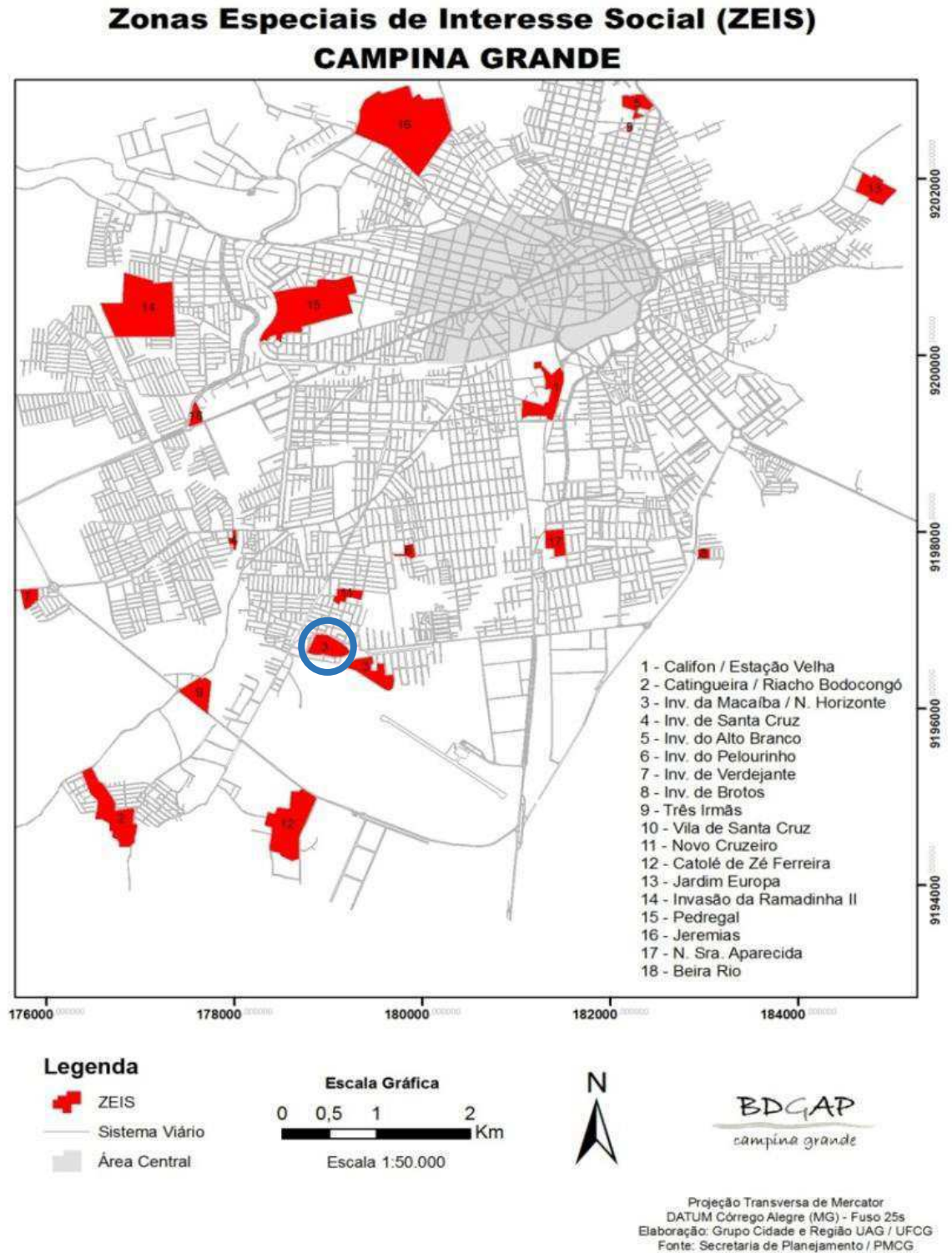
A prática do zoneamento que permite que haja a organização e divisão de um território em zonas determina para tais áreas seu gênero e as práticas de uso e ocupação do solo com o objeto de desenvolver projetos para melhorias de problemas específicos. Esse zoneamento permitiu assim que o bairro pudesse ser alvo de melhorias de infraestrutura urbana a partir do ano de 2006 e, aos poucos, foi melhorando a qualidade de vida da população que nele reside até ser totalmente contemplado em 2012.

Desta feita, após o reconhecimento e implementação, a área pode fazer parte dos projetos de melhorias urbanas que abarca todo o município. A cidade que Campina Grande possui 18 áreas delimitadas como ZEIS (Figura 4), sendo a ZEIS do Bairro do Jardim Vitória, a ZEIS de número 3 (demarcada em azul na figura).

Uma observação importante a se fazer é que, mesmo após a regularização da área do Conjunto no ano de 2004 e de seu reconhecimento e nomeação, ela ainda não é identificada

no mapa de ZEIS, que é do ano de 2006, com o nome de “Jardim Vitória”, mas ainda como “Invasão do Macaíba”.

FIGURA 4: ZEIS do Município de Campina Grande



FONTE: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2006

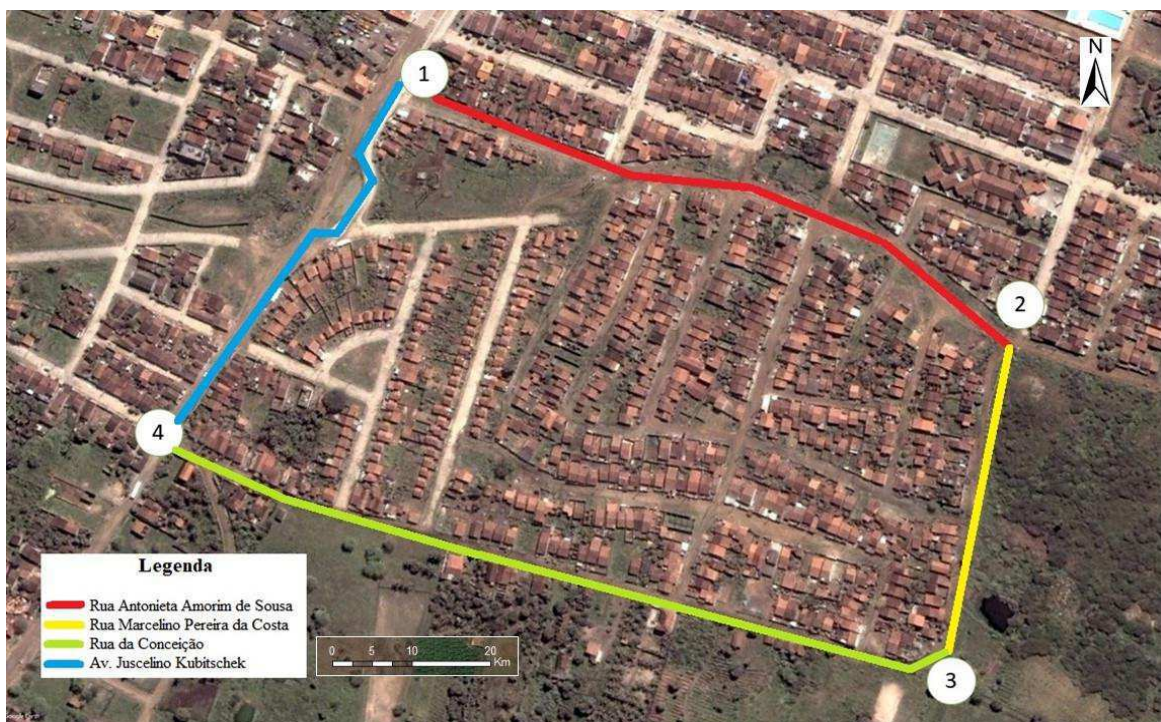
3.3 Mudanças espaciais do Conjunto: uma análise espaço-temporal

Para melhor localizar e caracterizar o Jardim Vitória na área urbana da cidade de Campina Grande até os dias atuais e descrever ao longo do tempo o seu estabelecimento e desenvolvimento, além de identificar o processo de melhorias urbanas que aconteceram ao longo do tempo como: implantação de rede de água e coleta de esgotos (saneamento básico), calçamento de ruas, chegada de transportes urbanos e comércio, dentre outros aspectos, é importante se analisar as transformações da paisagem ao longo do tempo.

Desta feita, parto da premissa de analisar o desenvolvimento da área para entender ao longo do tempo a partir de imagens de satélite. Segundo Vilaça (2011) “interessa saber por que ela se localiza onde se localiza e quais as implicações disso. Não se trata apenas de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, é importante também partir do espaço para explicar o social.” (p. 36).

A partir das imagens de satélite, veremos os principais pontos de mudança e crescimento do Conjunto do Jardim Vitória. A primeira imagem de satélite (Figura 5), trago a seguir.

FIGURA 5: Conjunto Jardim Vitória, Julho de 2005



FONTE: Google Earth, 2017

Antes de iniciar a descrição, faz-se necessário informar que a base de dados do Google Earth, não disponibiliza imagens da área do Conjunto antes do ano de 2005, portanto, não há uma imagem anterior para que se possa realizar comparações. A figura acima demarca os

pontos limítrofes do Conjunto estabelecidos no ano de 2004, conforme documento exposto anteriormente (Anexo 7). Temos então em vermelho (1) a Rua Antonieta Amorim de Souza que também é o limite entre os Bairros do Velame e do Ressurreição, em amarelo (2) a Rua Marcelino Pereira da Costa, em verde (3) a Rua da Conceição e em azul (4) a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira com uma área total de 5Km².

Percebe-se que em 2005 o Conjunto já estava bem consolidado. As ruas, apesar de tortuosas, possuem uma boa largura e distribuição de vias de acesso principal e secundárias. Neste mesmo ano a Associação de Moradores encaminhou os primeiros documentos reivindicando aos órgãos competentes as melhorias de infraestrutura (calçamento de ruas e circulação de coletivos) e a implantação do saneamento básico (esgotamento sanitário e distribuição de água encanada). A imagem seguinte (figura 6), remonta ao ano de 2010.

FIGURA 6: Conjunto Jardim Vitória, Maio de 2010



FONTE: Google Earth, 2017

Mudanças significativas ocorreram no Conjunto nos anos subsequentes. Após análise e comparação com a imagem do ano de 2005, percebe-se que até 2010 houve uma modificação no que diz respeito às moradias da área.

Os perímetros demarcados em vermelho mostram que nessas áreas novas construções surgiram ou antigas foram ampliadas pelos moradores. Verifica-se que, nesse período de tempo, praticamente todas as ruas surgiram novas construções. Já no que diz respeito ao

entorno do conjunto percebe-se a melhoria do acesso ao mesmo. Em amarelo destaca a Avenida Juscelino Kubitschek que foi asfaltada até o seu ponto final (ligando-se à Alça Sudoeste) e também, novas construções surgindo após a área do Conjunto Jardim Vitória (no caso, são as novas casas do Conjunto Habitacional Palmeira Imperial que iniciava a ser construído na localidade do Bairro do Velame).

Por fim, uma observação importante acerca do Jardim Vitória no ano de 2010. Ressalto que, apesar de ser aprovada o calçamento de suas ruas em 2006, quatro anos após a autorização elas ainda não haviam sido calçadas com paralelepípedos. Apenas as obras de esgotamento sanitário e distribuição de água potável havia sido feitos até o momento.

A próxima imagem (Figura 7) é do ano de 2015.

FIGURA 7: Conjunto Jardim Vitória, Novembro de 2015



FONTE: Google Earth, 2017

Em 2015 percebemos uma grande melhoria e evolução da infraestrutura do Conjunto. Finalmente, as ruas foram calçadas (fato que aconteceu entre o fim de 2012 e início de 2013). As únicas vias que não foram contempladas (demarcada em azul) foi a Travessa Antonieta Amorim de Souza e a própria Rua Antonieta Amorim de Souza que delimita o Conjunto com o bairro do Ressurreição, ao norte. Já no que diz respeito às construções na localidade, percebe-se uma maior estabilidade e poucas modificações. As áreas marcadas em vermelho são modificações apenas de melhoras de habitações já preexistentes e, na primeira área do

canto superior esquerdo, demarcada em verde, houve o fechamento de uma pequena via (atalho de terra).

Na área abaixo, demarcadas em amarelo, verifica-se a expansão e consolidação Conjunto do Palmeira Imperial que, atualmente, encontra-se totalmente pronto e dotado de infraestrutura e saneamento.

A última imagem que trago é a mais recente do Conjunto (Figura 8):

FIGURA 8: Conjunto Jardim Vitória, Junho de 2017



FONTE: Google Earth, 2017

Para fins de demonstração e verificação da consolidação do Conjunto Jardim Vitória, essa imagem é do ano em curso. Em análise e comparação à imagem de 2015, percebe-se que não houve modificações significativas com relação ao surgimento de novas construções e nem de modificações das vias.

Ao longo desses 15 anos, se observa também a constante perda da cobertura vegetal da área (em 2005 há uma significativa cobertura) até chegar o ano de 2017 com quase total ausência da mesma. Outro aspecto que é importante destacar é a impermeabilização do solo, ocasionada pelo calçamento de paralelepípedos das vias do Conjunto. Felizmente, mesmo com essa impermeabilização, não há registros de eventos de inundações das casas do Conjunto nos períodos de chuvas intensas.

Após a análise das imagens, entende-se claramente o que Souza (1963) ressalta:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu [...] (p. 99)

Assim, o espaço construído pela população do Conjunto Jardim Vitória ao longo do tempo, determinou a sua evolução até o mesmo chegar no estado em que hoje se encontra. As relações e as lutas por melhorias e reconhecimento do conjunto pelos seus moradores foram imprescindíveis para a sua consolidação, fato que foi favorecido também pelo seu reconhecimento com uma ZEIS, ainda no ano de 2006. A seguir, trago a importância desse reconhecimento e o porquê dele ter sido determinante para que as políticas de melhorias infraestruturais fossem aplicadas no Conjunto Jardim Vitória.

Contudo, as melhorias de infraestrutura não se restringem apenas ao calçamento de ruas e obras de esgotamento sanitário, distribuição de água potável e de energia elétrica. Há outros elementos de equipamentos urbanos que são importantes e também fazem parte para uma boa condição de vida dos habitantes de uma determinada localidade. A discussão relacionada a tais equipamentos e a percepção dos moradores é apresentada no capítulo seguinte.

4 EQUIPAMENTOS URBANOS DO CONJUNTO E A PERCEPEÇÃO DOS MORADORES COM RELAÇÃO AOS SEUS SERVIÇOS

4.1 Os equipamentos urbanos do Conjunto

Os equipamentos urbanos, como dito anteriormente, são construções da cidade que facilitam e ofertam à população diversos serviços, sejam eles de saúde, educação, lazer, segurança, transporte públicos, dentre outros. A discussão acerca da importância desses equipamentos e de sua boa localização e acesso não é de hoje. O planejamento urbano é importante nessa questão e pode ajudar na instalação de tais equipamentos. O urbanista Le Corbusier ⁷(1971), já afirmava que:

Essas ferramentas têm por objetivo facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie oferecendo os equipamentos necessários a uma perfeita educação, proporcionar a alegria de viver e fazer aparecerem e se desenvolverem sentimentos sociais capazes de levar ao civismo [...] (p. 66-67)

Portanto, não é apenas uma questão de se ter tais equipamentos para a população, mas de o tê-los disponíveis e os mais próximos possíveis de suas moradias. No Brasil, a efetivação de tais equipamentos também se dá no final da década de 1970 e é assegurada pela Lei Federal nº 6.766/79. O Art. 72 do Capítulo VII do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, classifica os equipamentos urbanos:

Art. 72. São equipamentos urbanos públicos ou privados:

- I - os equipamentos de administração e de serviço público (segurança pública, infraestrutura urbana, cemitérios, administrativos de uso comum e especial);
- II - os equipamentos comunitários e de serviço ao público (de lazer e cultura e de saúde pública);
- III - os equipamentos de circulação urbana e rede viária. (p. 76)

Para efeitos de melhor aplicação de tal lei e com a finalidade de regularizar e classificar os equipamentos urbanos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), lança a NBR 9284 em março de 1986. Pela norma, os equipamentos urbanos são classificados como “todos os bens públicos ou privados de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos ou privados” (p. 01). A mesma norma ainda os classifica em

⁷ As palavras de Le Corbusier remontam bem o período e o paradigma no qual o mesmo estava inserido, quando a produção científica pautava-se no discurso neopositivista, ou seja, a verificação das teorias através do empirismo enfatizando a experiência e não se preocupando com o abstrato. Assim, percebemos que o seu discurso é um produto de seu tempo.

categorias de equipamentos de circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer e infraestrutura.

No perímetro do Conjunto do Jardim Vitória o que se verifica é que há uma ausência da maioria das categorias de equipamentos. Com exceção daqueles destinados ao comércio, estes de ordem privada (mercados, mercadinhos, lanchonetes, salões de beleza, borracharias, etc.), igrejas e transporte público, outros equipamentos como escolas (de ensino infantil, fundamental e médio), postos de saúde, praças e postos policiais, só podem ser encontrados fora do perímetro do Conjunto. A imagem a seguir (Figura 9), localiza os pontos de equipamentos urbanos mais presentes no Jardim Vitória.

FIGURA 9: Equipamentos urbanos do Jardim Vitória



FONTE: Google Earth, 2017.

Em análise à imagem do Jardim Vitória, destaco os equipamentos urbanos presentes no Conjunto. Os perímetros demarcados em laranja são pontos comerciais (mercadinhos, lanchonetes, salões de beleza, bares, serralharia e materiais de construção) num total de 25 estabelecimentos (Figura 10), os perímetros em amarelo são Igrejas (Figura 11) sendo todas de religião Cristã sendo uma delas Católica e outras oito Protestantes de diversas vertentes, os perímetros em azul são áreas abertas, que poderiam ser praças (Figura 12), por exemplo, mas que não são (as crianças apenas as utilizam para brincar – ou brincam até mesmo no meio da

rua), duas destas áreas em azul estão fora do perímetro do Jardim Vitória, mas pela sua proximidade são utilizadas.

Por fim as linhas em verde demarcam o trajeto percorrido pelas linhas de ônibus que beneficiam o Conjunto: passando por dentro do Jardim Vitória, a linha Radial 900 tanto no sentido bairro-centro quanto no sentido centro-bairro passando pelas Rua Maria Pereira Brandão e Rua da Conceição (Figura 13) e, por fora do perímetro do Jardim Vitória, as linhas Radiais 090A no sentido centro-bairro e 090B no sentido bairro-centro, ambas pela Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira.

FIGURA 10: Exemplos de pontos comerciais no Jardim Vitória



FONTE: O autor, 2017

O que percebemos é que há um grande número de pontos comerciais para um perímetro relativamente pequeno do Conjunto, um total de 25 estabelecimentos. As próprias pessoas do Conjunto foram investindo e abrindo seus pequenos pontos comerciais (iniciativa privada) como modo de sobrevivência e de ofertar mercadorias diversas para a população do local. A grande quantidade de estabelecimento comerciais pode ser explicada e segue uma lógica. Campos Filho (2003), enfatiza que:

A proximidade espacial do comércio e dos serviços estará definida pelo mercado imobiliário e, em grande medida, quando não houver planejamento público ou privado interferindo nesta lógica, no que se refere àqueles que são oferecidos pelo setor privado (p. 21)

FIGURA 11: Igrejas presentes no Conjunto Jardim Vitória



FONTE: O autor, 2017

FIGURA 12: “Área de lazer” dentro do Jardim Vitória



FONTE: O autor, 2017

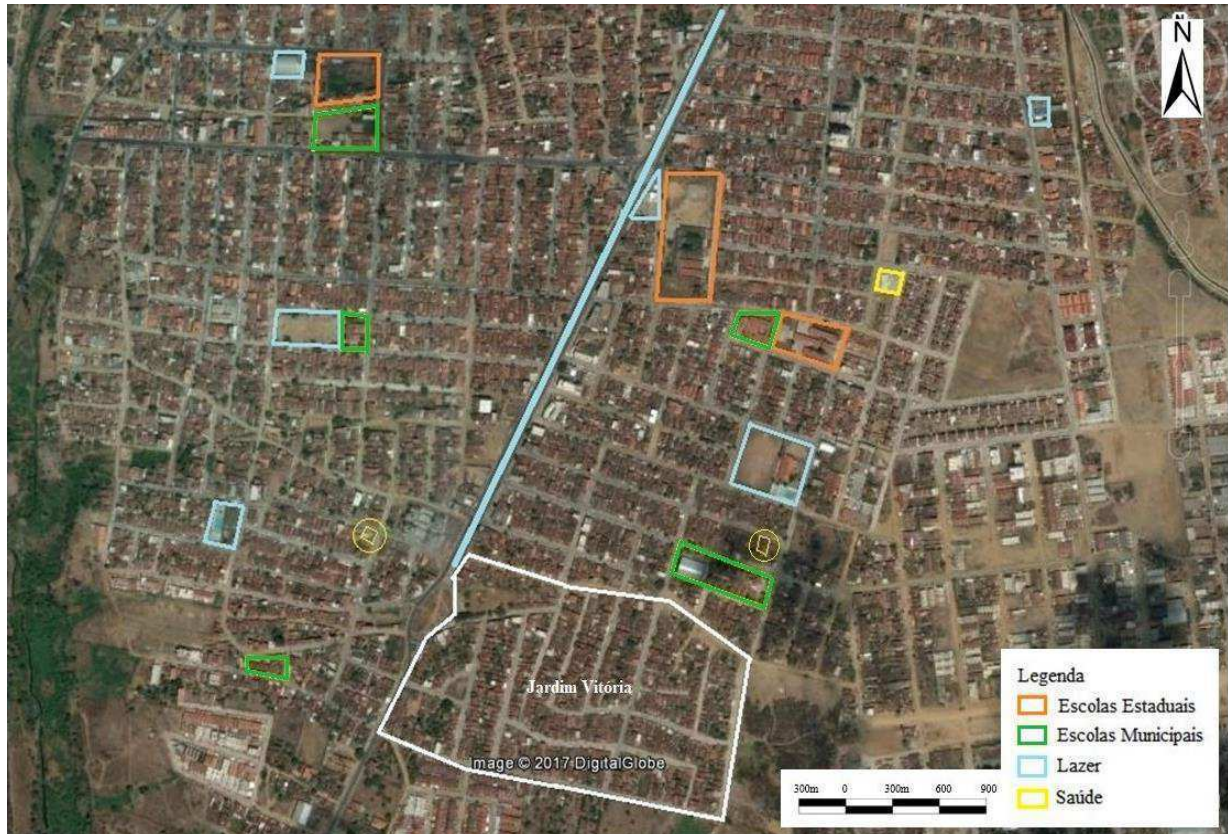
FIGURA 13: Ruas percorridas pela linha 900 - Radial dentro do Jardim Vitória

FONTE: O autor, 2017

Todavia, percebe-se que há uma ausência da oferta de outros equipamentos urbanos públicos dentro do perímetro do Conjunto do Jardim Vitória. É o caso de serviços de saúde, a chamada Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), oferta de escolas de Ensino Básico, postos policiais e equipamentos de lazer (praças e parques). Ampliando ainda mais a escala de abrangência da imagem, pode-se localizar a oferta de tais equipamentos ou, pelo menos, os mais próximos do Conjunto (Figura 14).

O que destaco na imagem a seguir são os equipamentos urbanos que oferecem serviços à população do Jardim Vitória. Como visto, todos estão fora do perímetro do Conjunto, uns mais próximos e outros bem mais distantes, mas todos são amplamente utilizados pela comunidade.

FIGURA 14: Equipamentos urbanos próximos ao Jardim Vitória



FONTE: Google Earth, 2017.

Em explicação ao que se referem os perímetros demarcados, trago: em vermelho três escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio; em verde cinco escolas públicas municipais sendo duas deles creches (Ensino Infantil) e outras três de Ensino Fundamental; em azul, sete equipamentos de lazer, sendo três clubes (privados), duas praças, uma quadra poliesportiva municipal e uma pista de caminhada situada ao longo da Avenida Juscelino Kubitschek que termina, justamente, na rua de entrada do conjunto e; em amarelo três postos de saúde, sendo os que estão circulados as UBSF destinadas a atender as famílias do Conjunto em específico (e do Bairro do Velame como um todo).

Ressalto ainda que também há a presença de equipamentos urbanos privados sendo eles, principalmente, de educação, como escolinhas particulares de pequeno porte dentro dos bairros subjacentes que oferecem o ensino infantil e o ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano), mas que não estão demarcadas na imagem, mas que também estão fora do perímetro do Jardim Vitória.

Com relação à disponibilidade de tais equipamentos urbanos de saúde e educação, por exemplo, até a localização mais centralizada destes é distante do Conjunto (e não só do Conjunto em questão) e está atrelada a uma lógica organizacional do poder público por

questões que envolvem mobilidade, disponibilidade, atendimento à clientela de determinada localidade e das configurações da estruturação da malha urbana (CAMPOS FILHO, 2003).

É um jogo especulativo do próprio poder público para a promoção da gestão vigente (seja esta gestão municipal, estadual ou federal) para demonstrar “o seu trabalho” enquanto estiver no poder e, que nem sempre beneficia a todos de uma determinada localidade. Campos Filho (2003), continua:

Nem sempre a lógica locacional do mercado imobiliário ou a do poder público atende o interesse da maioria. Muitas vezes o poder público, movido pela necessidade de dar maior visibilidade possível a suas ações para obter o poder necessário nas urnas, localiza esses equipamentos em lugares barulhentos e perigosos devido ao tráfego de veículos, quando seria melhor que os mesmos, especialmente os destinados às mães, idosos e crianças, estivessem em lugares de um bairro. (p. 21)

Essa faceta do jogo especulativo que está presente na cidade é bem visível no caso da localização dos equipamentos urbanos que fornecem serviços ao Jardim Vitória, como visto, todos estão centralizados e distantes do Conjunto e, os de maior porte em vias movimentadas e de melhor acesso.

Contudo, há ainda o que se fazer e mudar. Apesar do Conjunto Jardim Vitória estar consolidado, há reivindicações e desejos de melhorias e de melhor assistência para o Conjunto. Que reivindicações seriam essas? Será que eles conhecem a história do lugar? Apenas os próprios moradores podem responder e são essas questões que trago a seguir.

4.2 Perspectivas: o que ainda precisa melhorar?

Após toda essa abordagem e apresentação dos equipamentos urbanos presentes no Conjunto, se faz necessário trazer a percepção dos próprios moradores sobre a presença e a funcionalidade de tais equipamentos para o Jardim Vitória. Quais são as suas prioridades? Qual deles faz mais falta por conta da proximidade do equipamento e, conseqüentemente, do serviço prestado por tal?

A metodologia utilizada para a coleta dos dados da pesquisa de campo foi a aplicação de um questionário contendo 8 (oito) perguntas (Apêndice 1) com questões que levem o morador a refletir sobre a realidade e as necessidades do Conjunto do Jardim Vitória e, conseqüentemente, escolha aquela que é, em sua ótica, a mais importante e que mais faz falta para o local.

Para que se tivesse uma quantidade de questionários aplicados com um bom nível de confiabilidade e a menor taxa de erro possível, foi aplicada a seguinte fórmula de modelo infinito complexo (RIBEIRO e MIRANDA, 2015. p. 04):

$$n = \frac{N z^2 pq}{E^2 (N - 1) + z^2 pq}$$

Na qual:

n = resultado da quantidade de amostras (questionários a serem aplicados);

N = tamanho da população (no caso, a quantidade de domicílio do conjunto que é de 591)

Z = distribuição normal padrão, correspondente ao nível de confiança (fixada em 90%)⁸;

E = margem de erro padrão estipulado (fixado em 5%)⁹;

p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica na área de estudo (supondo que a população possui um grau de homogeneidade de 90%);

q = 1- p

Após estabelecer os parâmetros das variáveis¹⁰ da fórmula e aplicando-se ao número de domicílios presentes na área de estudo, chegamos a um total de amostra mínima de 84 (oitenta e quatro) questionários a serem aplicados, este número equivale a um total de 14,21% do total de domicílios do Jardim Vitória.

Além dos 84 (oitenta e quatro) questionários de amostra mínima de confiabilidade, apliquei outros 6 (seis) questionários como um pré-teste de campo, afim de identificar possíveis erros e/ou dúvidas que pudessem vir a surgir por parte dos moradores com relação às perguntas elaboradas. Como não houve dúvidas de interpretação das perguntas, estes 6 (seis) questionários de pré-teste foram somados aos 84 (oitenta e quatro) de amostra mínima, totalizando, assim, 90 (noventa) questionários que equivalem a um total de 15,22% do total de domicílios.

Cada questionário corresponde a um valor 1,11% do total (100/90 = 1,11). A aplicação dos questionários foi realizada na maioria das ruas do Jardim Vitória, sendo especificadas na tabela a seguir.

⁸ Parâmetro da variável “Z” definida pelo autor da pesquisa.

⁹ Parâmetro da variável “E” definida pelo autor da pesquisa.

¹⁰ Os valores dos parâmetros das variáveis Z e E são pré-estabelecidos pelo pesquisador. Quanto maior o nível de confiabilidade e quanto menor a margem de erro, consequentemente, mais questionários devem ser aplicados.

TABELA 2: Distribuição de ruas e aplicação dos questionários

Nº	Rua	Quantidade	Porcentagem
01	Sebastiana Pereira Brandão	4	4,44
02	Capitão Severino Mário da Costa	6	6,66
03	Marcelino Pereira da Costa	4	4,44
04	João Wallig	18	19,98
05	Maria Pereira Brandão	15	16,64
06	Francisco Pereira Pinto	8	8,88
07	Quintino Paulino da Costa	3	3,33
08	Da Conceição	3	3,33
09	Antonieta Amorim de Souza	1	1,11
10	Josefa Paulino da Costa	15	16,64
11	Rosa Maria Cartaxo Loureiro	5	5,55
12	Geraldo Ribeiro Dias	0	0
13	Judivan Cabral	0	0
14	Luís Teixeira de Barros	5	5,55
15	Travessa Maria Pereira Brandão	4	4,44
16	Travessa Antonieta Amorim de Souza	0	0
17	Travessa da Conceição	0	0
TOTAL	---	90	100

Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos

O campo foi realizado e os questionários foram aplicados entre os dias 13 (treze) e 18 (dezoito) de julho de 2017 e a sequência de aplicação dos mesmos seguiu a ordem de atenção, primeiramente, nas maiores ruas e nas vias de mais circulação de moradores. As vias nas quais não houve aplicação de questionários (duas ruas e duas travessas) não foi possível ou por motivo dos moradores não se disponibilizarem para a pesquisa ou por esta já haver sido concluída com a aplicação do total de questionários.

Todos os participantes que responderam os questionários foram informados sobre o intuito da pesquisa e seus objetivos através do termo de consentimento (Apêndice 2), que foi

entregue no momento da aplicação. Os resultados e discussões dos dados obtidos trago a seguir.

4.3 O Jardim Vitória segundo a percepção de seus moradores

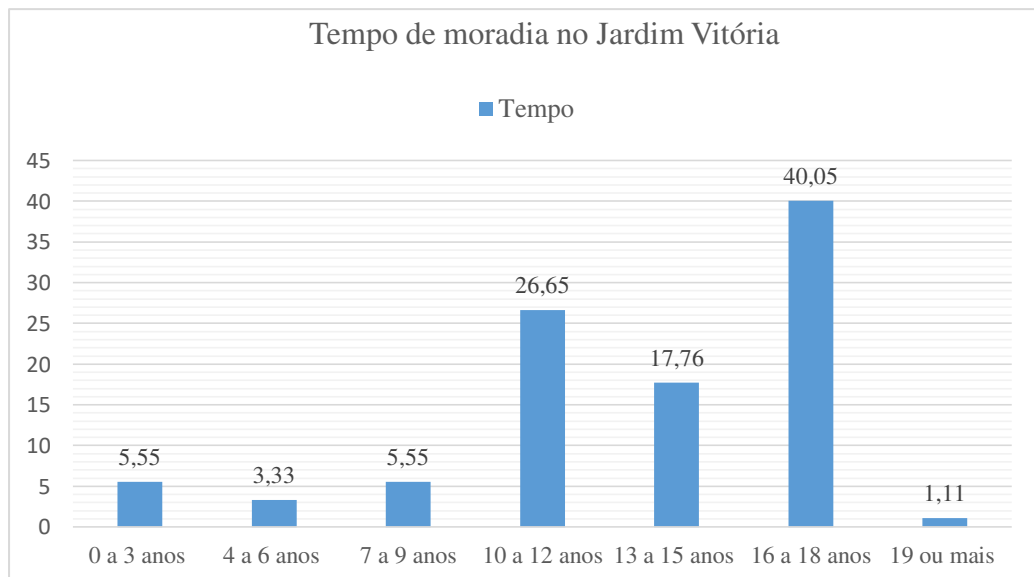
A situação do Jardim Vitória vem melhorando lenta e gradualmente nos últimos anos, como aqui tem sido mostrado, bem como a opinião dos seus moradores acerca dos serviços urbanos oferecidos no mesmo atualmente. Entender essas opiniões são importantes no que diz respeito a interpretar como os moradores enxergam o lugar onde vivem e quais são seus desejos e anseios, perspectivas e reivindicações para o futuro.

Ao entrevistar a população, através de questionários semi-estruturados, onde o pesquisado possa responder livremente, descobre-se uma enorme variedade de respostas construídas a partir da experiência individual/social de cada cidadão. Nesse sentido é significativo como é construído o campo de respostas, que estabelecem uma visão de sociedade, de poder público, de política, de formas organizativas, de políticos, de cidade, de bairro... (ETAPAS, p. 44, 1993)

Os resultados serão trazidos em gráficos com as porcentagens de acordo com as respostas contabilizadas após a obtenção dos dados durante a pesquisa de campo com as discussões logo em seguida.

A primeira pergunta é sobre o tempo de residência dos moradores no Jardim Vitória (Gráfico 1). Ao analisar os questionários, esse tempo foi dividido nos seguintes intervalos de tempo: 0 a 3 anos, 4 a 6 anos, 7 a 9 anos, 10 a 12 anos, 13 a 15 anos, 16 a 18 anos e mais de 19 anos.

GRÁFICO 1: Tempo de moradia no Conjunto

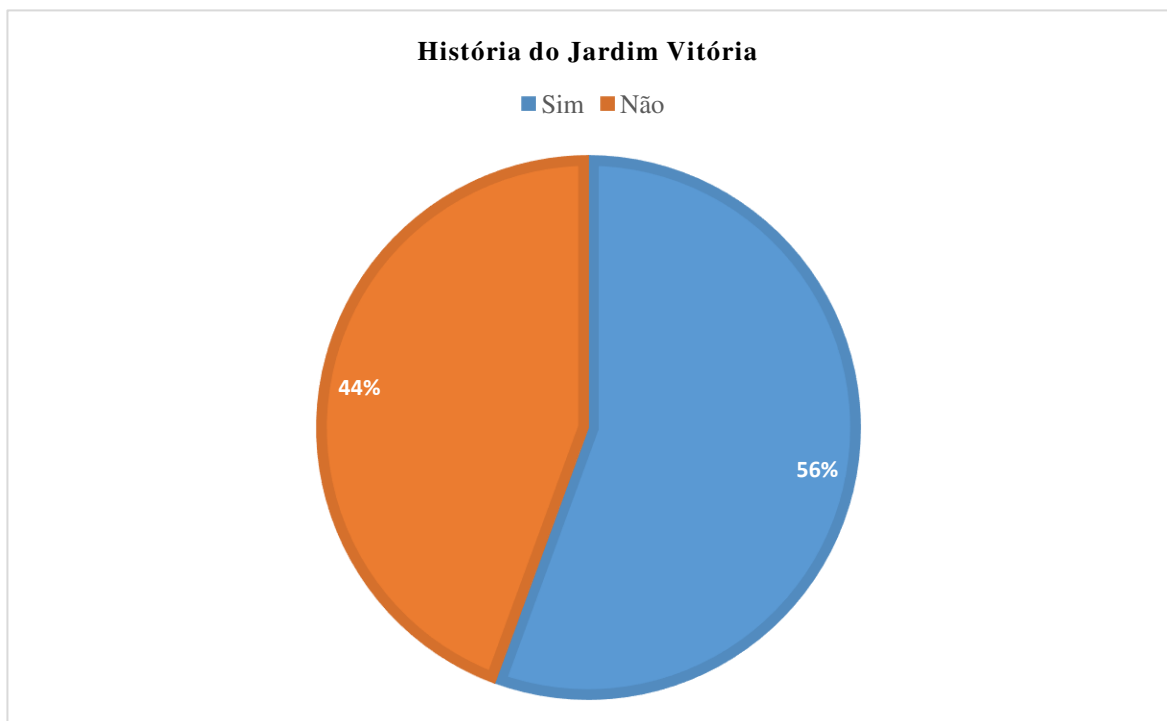


Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

Assim, após a soma do tempo (em anos) de todos os questionários e a sua divisão pelo total de questionários (90 - noventa), chegamos a uma média geral de 13,25 anos ou 13 anos e 3 meses. Essa média, em subtração ao atual ano de 2017, nos dá por alto o ano de meados de 2004, ano anterior a primeira imagem de satélite disponível da área (vide figura 11, p. 39), ou seja, a maioria dos questionados estão morando no local desde o início da sua ocupação e acompanharam boa parte da evolução e consolidação do conjunto. Essa média de tempo também ajuda a considerar o grau de confiabilidade de 90%, a homogeneidade da população de 90% e a margem de erro de 5% da pesquisa que foram pré-definidas.

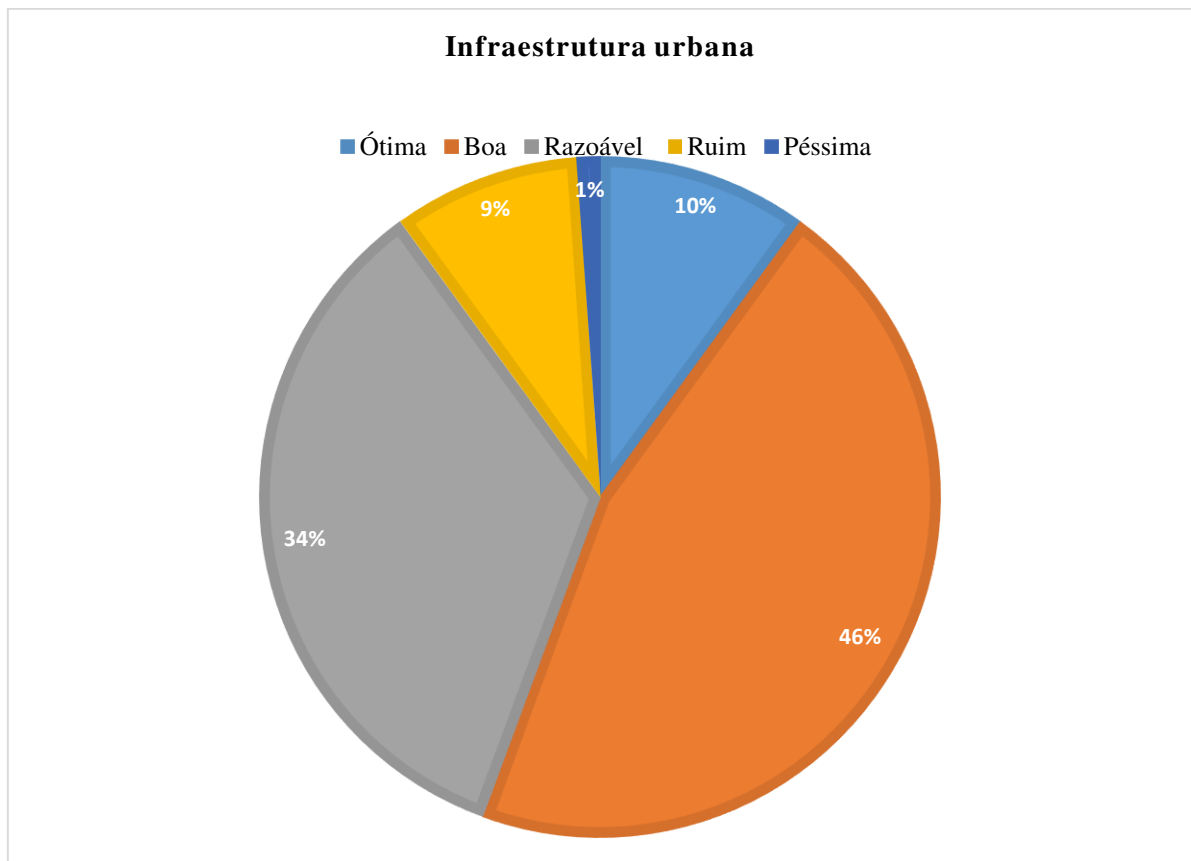
A segunda questão (Gráfico 2) indagava ao entrevistado se o mesmo conhecia a história do Jardim Vitória. Do total de 90 (noventa), 50 (cinquenta) afirmaram que sim e 40 (quarenta) que não.

GRÁFICO 2: Conhecimento sobre a história do Jardim Vitória



Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

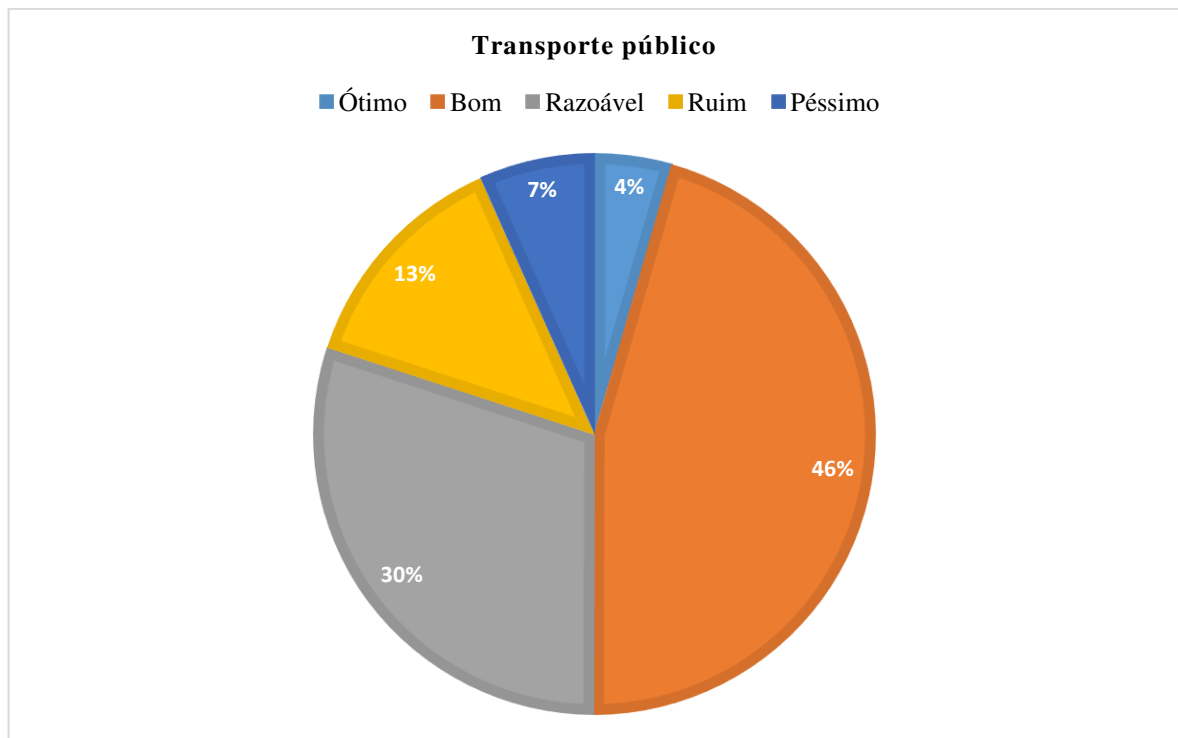
A terceira questão (Gráfico 3), sobre a infraestrutura do Conjunto, considerava cinco variáveis, sendo elas: ótima, boa, razoável, ruim e péssima. E o resultado discuto a seguir.

GRÁFICO 3: Considerações sobre a infraestrutura

Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

O resultado da terceira questão detalha a satisfação dos moradores com relação à infraestrutura de saneamento básico (calçamento de ruas, rede de coleta de esgotos e canais pluviais, distribuição de água tratada e energia elétrica). De uma forma geral os moradores consideram os serviços bons e/ou razoáveis, embora ainda haja reclamações com pequenos problemas que pontualmente surgem como o entupimento de vias e galerias e o mal escoamento da água (principalmente na Travessa Maria Pereira Brandão) quando há uma precipitação mais considerável. Já com relação aos demais serviços (calçamento, água encanada e energia) não houve reclamações.

A questão seguinte (Gráfico 4) se refere ao transporte público e considera as mesmas variáveis de opiniões: ótimo, bom, razoável, ruim e péssimo.

GRÁFICO 4: Opinião sobre a qualidade do transporte público no Jardim Vitória

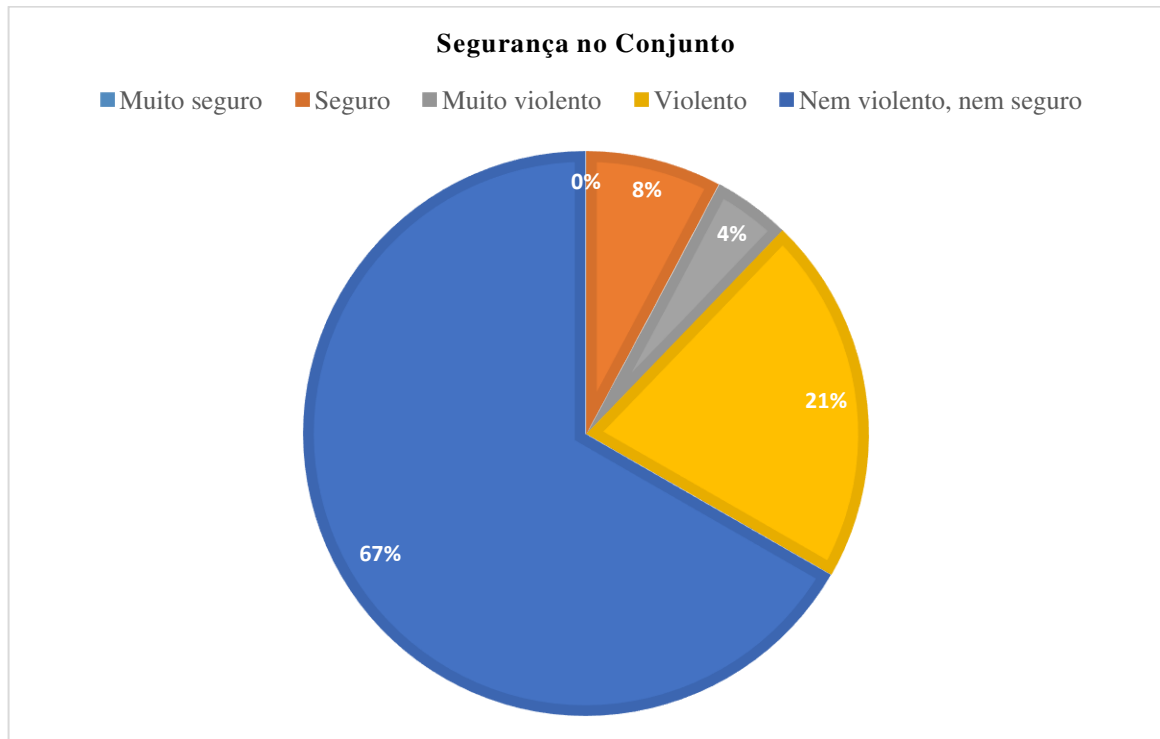
Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

A maior parte dos entrevistados considera como bom ou ótimo o sistema de circulação de coletivos no Conjunto do Jardim Vitória, mesmo assim, ressalta que apenas se ter uma única opção de linha é insuficiente (a linha Radial 900). Os usuários que mais utilizam do serviço são os que trabalham longe de suas residências e estudantes e que são acostumados com os horários que os ônibus passam. Já a parte que considera o serviço como ruim e/ou péssimo o utilizam eventualmente e sempre reclamam da demora, talvez por não saberem exatamente o horário de intervalo entre a passagem de um e outro coletivo que é de cerca de 20 minutos, segundo os que mais utilizam o serviço. Ao que parece, o resultado dessa questão denota certa conformidade dos habitantes com relação à prestação desse serviço, visto que no geral, o sistema de transporte público na cidade de Campina Grande tem sido motivo de reclamações constantes por parte da população.

Contudo, todos ressaltam que a vinda de uma linha para o conjunto foi uma boa conquista, já que anteriormente os moradores precisavam ir a pé até a Avenida Juscelino Kubitschek para poder utilizar as linhas mais próximas que circulavam do local e que já vinham de outros bairros.

A quinta pergunta se trata da segurança do Jardim Vitória e considera as seguintes variáveis de respostas: muito seguro, seguro, muito violento, violento e nem violento, nem seguro. A porcentagem de respostas ficou assim distribuída (Gráfico 5).

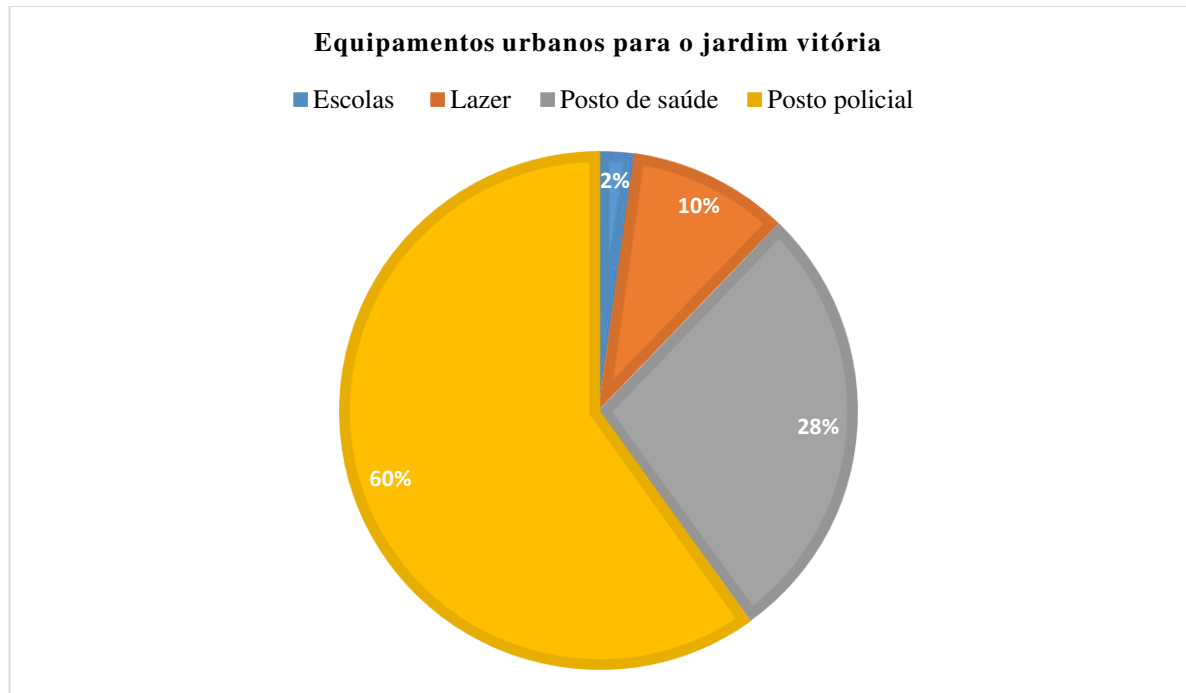
GRÁFICO 5: A opinião sobre a segurança no Jardim Vitória



Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

O reflexo da violência (não só no Jardim Vitória, mas na cidade como um todo), resulta numa sensação de medo e insegurança constante e presente. Ao serem questionados com relação à segurança do Conjunto não obtive nenhuma resposta que o considerasse como totalmente seguro e apenas sete dos entrevistados o consideraram seguro. A quantidade que o considera como muito violento também é irrisória e o número cresce na opção que o considera como violento. A maior parte dos dados mostram que a sua população considera o Jardim Vitória como meio termo de nem violento, nem seguro. As respostas durante as conversas nas entrevistas eram quase sempre as mesmas: *“Ah! Violento o bairro não é, mas também não é seguro... A gente não pode afirmar que ele é totalmente seguro, porque o medo sempre existe em qualquer lugar!”*

A sexta questão (Gráfico 6) trata da opinião dos moradores sobre qual é a prioridade de investimento em equipamentos urbanos para prestação de serviços no Conjunto Jardim Vitória, são eles: educação, saúde, lazer e segurança.

GRÁFICO 6: Prioridade de investimentos em equipamentos urbanos

Fonte: Baseado nos dados obtidos com a pesquisa.

Em associação com o resultado da pergunta anterior sobre a sensação de segurança no conjunto, fica clara a preferência da maioria da população em investimento para haver um posto policial no Jardim Vitória. De uma forma geral, os moradores sentem falta de um maior policiamento na área. Com relação ao posto de saúde, apesar de se ter uma considerável porcentagem, os entrevistados não consideram como sendo a prioridade maior se ter um posto de saúde, apenas reclamam da demora para serem atendidos e na burocracia para se obter e marcar exames nos outros dois postos mais próximos que cobrem o conjunto com os seus serviços. Já os serviços de lazer e de educação, apesar de não estarem presentes no perímetro do conjunto, não são prioridade para a maior parte dos moradores, apenas 10% responderam que seria bom haver praças e parques perto de casa e 2% responderam que escolas mais próximas seriam um bom investimento

A sétima questão indagava o morador sobre a sua participação em algum movimento socialmente organizado no conjunto como uma associação de moradores, um clube de mães ou uma Sociedade de Amigos do Bairro, as chamadas SAB. O resultado se comparado com a organização inicial dos moradores no início da ocupação, foi bem diferente. Dos 90 moradores que participaram da pesquisa, apenas 1 (1,11%) afirmou participar da associação

de moradores do conjunto, já os outros 89 (98,89%) não participam de nenhuma associação ou movimento organizado dentro do Jardim Vitória.

A última pergunta do questionário era a especificação de qual sociedade organizada atua no Conjunto do Jardim Vitória atualmente. Coube então tal resposta a única moradora que afirmou participar da associação de moradores.

Segundo a moradora, ela é filiada à Associação de Moradores do Conjunto do Jardim Vitória desde sua chegada (há 12 anos) e, com a última eleição ocupou o cargo de tesoureira da associação. Contudo, a associação encontra-se inativa há anos e que não existem mais a movimentação de reuniões e de discussões sobre assuntos de interesses coletivos e de reivindicações atuais para o conjunto. Ao ser indagada pelos nomes dos demais representantes da associação e de seus respectivos cargos, a entrevistada não quis responder e não soube especificar os cargos.

Talvez a ausência de atuação da associação de moradores atualmente no Jardim Vitória, justifique o porquê de a maior parte dos moradores entrevistados não serem filiados a tal organização e não saberem responder sobre a existência da mesma na localidade. Esse fato também permite questionamentos: será que moradores não têm mais o que reivindicar? Será que estão todos conformados com a estrutura atual do conjunto e os serviços oferecidos?

Ao que parece, não. Pelo menos os dados obtidos com a aplicação dos questionários exprimem ainda insatisfações, anseios e desejos de melhorias. O que deixou de existir foi o movimento de lutas para se obter ainda mais melhorias, e a situação confortável de hoje em dia deu lugar ao conformismo para a população do local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a história de uma comunidade, de um grupo que lutou por seu direito à habitação na cidade de um ponto de vista geográfico, mostra que a geografia não é apenas uma ciência descritiva, mas, sobretudo, investigativa e histórico-espacial, pois foi dentro dessa perspectiva e aspectos da ciência geográfica, que se pôde entender o processo de formação e a produção espacial do objeto de estudo. No que tange aos aspectos de movimentos que surgem constantemente na cidade, a geografia urbana aparece como sendo protagonista para ajudar a entender melhor esses processos e como eles se consolidam no espaço urbano.

Entender a dinâmica de ocupação, a organização dos moradores e os motivos pelos quais todo esse processo aconteceu é importante no que diz respeito à compreensão da (re)produção de tal espaço urbano e sua constante modificação e (re)estruturação a partir das relações sociais ao longo do tempo. Além disso, ajuda a compreender o modo com a qual essas relações afetam o meio em que se vive.

Ao estudar o caso da Invasão do Macaíba, hoje ZEIS/Conjunto do Jardim Vitória, numa escala espaço-temporal de 16 anos exemplifica e deixa perceptível essa atuação do homem sobre o meio (com as constantes modificações e ampliações de suas casas e o surgimento de novas construções, como foi mostrado nas imagens do capítulo 3) e de como as organizações sociais podem atuar para conquistar seus direitos básicos de moradia, infraestrutura urbana e assistência pública de serviços relacionados aos equipamentos urbanos que são disponíveis na cidade.

Para além dessas questões, o conhecimento e a discussão acerca do objeto de estudo me levou à reflexão de outros conceitos que são presentes no âmbito urbano: a periferação e os porquês desse processo ser tão presente e contínuo, as questões da especulação imobiliária que leva a segregação de determinados grupos na cidade, a discussão sobre o direito à moradia e termos como invasão ou ocupação de grupos em terrenos que não são regularizados ou em propriedades privadas que não cumprem uma função social.

É certo que, no caso do Conjunto Jardim Vitória, todas essas discussões vieram à tona naturalmente e foram muito pertinentes para se entender os processos que levaram a população a ocupar a localidade. Os termos supracitados ajudam também a conhecer a sua história e como tais processos, principalmente o de surgimento de periferias, acontecem na Cidade de Campina Grande (fato que é bem perceptível nos mapas de malha urbana da cidade).

A chegada de melhorias de infraestrutura e de serviços de equipamentos urbanos, principalmente após as conquistas pelas lutas da própria comunidade através da organização da associação dos moradores, também foram um marco para o Jardim Vitória. O seu reconhecimento como uma ZEIS, em 2006, fez com que houvesse maior atenção dos órgãos públicos para que todas as obras de melhorias fossem, aos poucos, sendo implantadas. Obviamente, apesar de haver menção a nomes de políticos no trabalho, não há apologia de que as melhorias só foram conquistadas por conta de tais figuras públicas do mundo político de Campina Grande. Ressalto que eles, como representantes do povo no poder, não realizaram mais que sua obrigação por aqueles que um dia os elegeram e, só foram mencionados, unicamente, por conta das entrevistas realizadas com os moradores que estavam à frente das lutas naquele período.

Todavia, os serviços prestados pelos equipamentos urbanos precisam de uma análise mais profunda e a pesquisa de campo mostrou que há ainda muito o que se melhorar e o que se fazer no local. Os dados obtidos através dos questionários mostraram que, apesar de aparentemente haver certa conformidade com a atual infraestrutura do conjunto e com os serviços urbanos oferecidos nas proximidades do mesmo, existem ainda pontos a serem melhorados, serviços a serem otimizados, medos constantes com relação – principalmente - à segurança e o constante desejo de que o Jardim Vitória, um dia, venha a ser um conjunto melhor assistido pelos órgãos públicos municipais.

Claro que em comparação com a situação aos primeiros anos de seu surgimento muita coisa mudou e melhorou, mas isso não quer dizer que ainda não precise melhorar. Entretanto, a pesquisa também mostrou que, mesmo com certo grau de insatisfação, os moradores “perderam” aquele velho desejo de se organizarem e reivindicarem por maiores melhorias. Ao que parece a passividade tomou de conta da comunidade e os anseios ficam, agora, apenas no campo das ideias e não mais das ações.

Em linhas gerais, acredito que os objetivos específicos mencionados na introdução desse trabalho foram alcançados: a abordagem do surgimento do Jardim Vitória através de entrevistas, conversas e busca por documentos comprobatórios; a análise das mudanças socioespaciais e de melhorias ao longo do tempo e de sua constante evolução e, por fim, a abordagem e considerações acerca dos equipamentos urbanos com a pesquisa de campo e aplicação de questionários. Cada capítulo unindo a teoria e a análise empírica, considerando abordagem metodológica específica que dialoga com o tema abordado.

Deixo a ressalva que o exemplo da história do Conjunto do Jardim Vitória é apenas um dos muitos que existem dentro da cidade de Campina Grande. É apenas uma comunidade

que, através das lutas de seus moradores, conseguiu a visibilidade suficiente para chamar a atenção dos órgãos públicos até a chegada de melhorias e das conquistas de serviços urbanos ao longo do tempo. É apenas um exemplo, um bom exemplo, posso afirmar. E quantas outras não existem na cidade? Se é que existem... Conhecê-las e estudá-las é importante se faz necessário para geógrafos, historiadores e arquitetos e urbanistas.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: **NBR 9284 de março de 1986**. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/sheyqueiroz/nbr-928486-equipamento-urbano>> Acesso em 29/06/2017 às 20h35min.

ALMEIDA, Guilherme de. **Invasão ou Ocupação?** Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2697/Invasao-ou-Ocupacao>> Acesso em 04/05/2017 às 20h

BRASIL: Ministério das Cidades. **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de vazios urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. **Estatuto da Cidade: Lei Federal nº 10.257/2001**. Disponível em < <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>> Acesso em 14/05/2017 às 16h

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARVALHO, Luiz Eugênio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães; BEZERRA, Anselmo César V. **Gestão e planejamento de áreas urbanas**. Recife: UFPE, 2010.

CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia**. Disponível em <<http://novodicionariodegeografia.blogspot.com.br/2007/09/demian-garcia-castro-significados-do.html>> Acesso em 04/05/2017 às 16h45min

CASTRO, Iná Elias de. **Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. (p.121-140).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. (p. 15-48)

COSTA, Lia Parente; CÉZAR, Maria do Céu do E. S. **Lutas populares por habitação: mocambos, cortiços e vilas operárias em Recife e São Paulo**. Recife: Fase, 1992.

Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - ETAPAS. **ONGs e Poder Local**. Etapas: Recife, 1993.

Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE. **Cidades Brasil: Paraíba – Campina Grande**. Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250400>> Acesso em 05/05/2017 às 16h55.

LAUREANO, Delze dos Santos. **Invasão ou ocupação de terras: quem é o vilão nessa história?** Disponível em < <https://www.ecodebate.com.br/2009/04/25/invasao-ou-ocupacao-de-terras-quem-e-o-vilao-nesta-historia-artigo-de-delze-dos-santos-laureano/>> Acesso em 06/05/2017 às 15h

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva SA, 1971.

LUZ, Cinthya Maria Pinto da. **Ocupação ou invasão**. Disponível em < <http://informaluta.blogspot.com.br/2011/07/ocupacao-ou-invasao.html>> Acesso em 06/05/2017 às 15h45min

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade brasileira...Também nas cidades**. São Paulo: EDUSP, 2005

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. **Periferia Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996

ORTIGOZA, Silva Aparecida Guarnieri. **Paisagens urbanas: imagens e representações do mundo de consumo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. ISBN 978-85-7983-7

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – PDDUA. Disponível em < http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf> Acesso em 29/06/2017 às 20h

Planalto – Casa Civil: Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10257 de 10 de Julho de 2001 - Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 19/04/2017 às 18h15min.

_____. **Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em 29/06/2017 às 19h40min

Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 17 de julho de 2017 às 18h40

Revista Pólis-Idelsefes: dicas e ideias para a ação Municipal. **Zonas de Especial Interesse Social**. Nº 117. Recife, 1998.

RIBEIRO, George Ivisson Vidal; MIRANDA, Lívia Isabel Bezerra de. **Entre a política e o mercado: Inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) na Região Metropolitana da Campina Grande: Um estudo de caso do Conjunto Habitacional Major Veneziano II**. In: XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 1ª edição. São Paulo, 1993.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Keli de Oliveira. **A Periferização causada pela desigual urbanização brasileira.** Maringá, PR: Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar (DCS / UEM), 2007. Disponível em < <http://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm> > Acesso em 15/06/2017 às 20h

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues [et. al.]. **Espaço intraurbano, periferização e vulnerabilidade social nas cidades brasileiras: o caso do município de Rio Claro/SP.** In__ XVI Encontro Nacional de Geógrafos - ENG. Porto Alegre, 2010.

SOUZA, E. M. **O plano diretor como instrumento de política urbana na cidade de Campina Grande-PB.** Universidade Estadual da Paraíba Coordenadoria Institucional de Programas Especiais de Secretaria de Educação a Distância, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3449/1/PDF%20%20Eliane%20Mar%20ta%20de.pdf>> Acesso em: 09 de Abril de 2017, 18:44.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

_____. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração.** Vol. 01, nº 02 Salvador, BA: CIDADES. 2004. (p. 259-274).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.

ZMITROWICZ, Witold. **Considerações sobre o conceito de planejamento.** Revista de Planejamento - FAUUSP, São Paulo, n.200, p. 1-60, 1977.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS MORADORES DO CONJUNTO JARDIM VITÓRIA (BAIRRO DO VELAME), EM CAMPINA GRANDE – PB.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES-CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA-UAG
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - CGEO

Nome do entrevistado (opcional): _____

Rua que reside: _____

Data: ____/____/____ Hora: _____

1. Há quantos anos você mora no Conjunto? _____
2. Você conhece a história do Jardim Vitória?
() Sim () Não
3. Com relação à infraestrutura do bairro (calçamento, rede de água, esgotos e energia), você considera:
() ótima () boa () razoável () ruim () péssima
4. Como você avalia o sistema de transporte público que atende o Conjunto?
() ótimo () bom () razoável () ruim () péssima
5. Em relação à segurança, você considera o Jardim Vitória
() Muito violento () violento () nem violento, nem seguro
() Seguro () Muito Seguro
6. Na sua opinião, qual seria a prioridade para investimento na área?
() Escolas mais próximas () Posto de saúde mais próximo
() Posto policial () Áreas de lazer no Conjunto (praças, parques, etc.)

7 – Você participa em algum grupo socialmente organizado no Conjunto Jardim Vitória?

() Sim () Não

8 – Se sim, esse grupo atua de alguma forma para reivindicar melhorias para o Conjunto Jardim Vitória atualmente? De que forma?

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DOS DO CONJUNTO DO JARDIM VITÓRIA – BAIRRO VELAME, EM CAMPINA GRANDE, PB

Identificação do entrevistado (opcional): _____

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO – VIA DO ENTREVISTADO

Esta pesquisa visa o levantamento de informações partir da percepção dos moradores (tanto antigos quanto mais novos) que vivem no Conjunto, trazendo à tona a imagem de hoje em dia do Jardim Vitória com relação aos equipamentos urbanos do mesmo (sistemas de educação, saúde, transporte, lazer e saneamento básico) e discutindo os desafios ainda enfrentados e as perspectivas de melhorias. O trabalho faz parte da monografia do aluno Irislaldo Erik Estevam da Silva, do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho, da Unidade Acadêmica de Geografia – UAG. A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Garantimos que esta é uma pesquisa acadêmica, não tem vinculação com governos e que não há qualquer risco para o participante da pesquisa e que seu nome será mantido em sigilo preservado o anonimato do entrevistado em qualquer sistematização deste trabalho. Assim, solicito sua permissão para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica (se for o caso). O(s) pesquisador(es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento

Assinatura do participante ou responsável legal

Assinatura do pesquisador

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DOS DO CONJUNTO DO JARDIM VITÓRIA – BAIRRO VELAME, EM CAMPINA GRANDE, PB

Identificação do entrevistado (opcional): _____

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO – VIA DO PESQUISADOR


Esta pesquisa visa o levantamento de informações partir da percepção dos moradores (tanto antigos quanto mais novos) que vivem no Conjunto, trazendo à tona a imagem de hoje em dia do Jardim Vitória com relação aos equipamentos urbanos do mesmo (sistemas de educação, saúde, transporte, lazer e saneamento básico) e discutindo os desafios ainda enfrentados e as perspectivas de melhorias. O trabalho faz parte da monografia do aluno Irislaldo Erik Estevam da Silva, do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho, da Unidade Acadêmica de Geografia – UAG. A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Garantimos que esta é uma pesquisa acadêmica, não tem vinculação com governos e que não há qualquer risco para o participante da pesquisa e que seu nome será mantido em sigilo preservado o anonimato do entrevistado em qualquer sistematização deste trabalho. Assim, solicito sua permissão para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica (se for o caso). O(s) pesquisador(es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento

Assinatura do participante ou responsável legal

Assinatura do pesquisador

ANEXOS

ANEXO 1: Imagem do documento que reconhece o Conjunto do Jardim Vitória


ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"

RECEBIDO NA SECRETARIA
EM, 21.07.04
AS 11:00 HORAS.
SECRETARIO

PROJETO DE LEI Nº 082 /2004

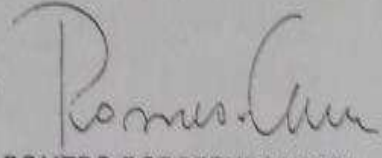
Denomina de "Jardim Vitória" área situada no
Município de Campina Grande e dá outras providências

Art. 1º - Fica denominada de "Jardim Vitória" área situada entre o Conjunto Ressurreição II, a partir da rua Antonieta Amorim, trecho da rua Marcelino Pereira da Costa, rua da Conceição, até a avenida Juscelino Kubitschek (no Jardim Borborema/Velame), em Campina Grande.


Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário, 20 de julho de 2004.


ROMERO RODRIGUES VEIGA
Vereador (PSDB) - Presidente

ANEXO 2: Imagem do documento do Projeto de Lei nº 082/2004

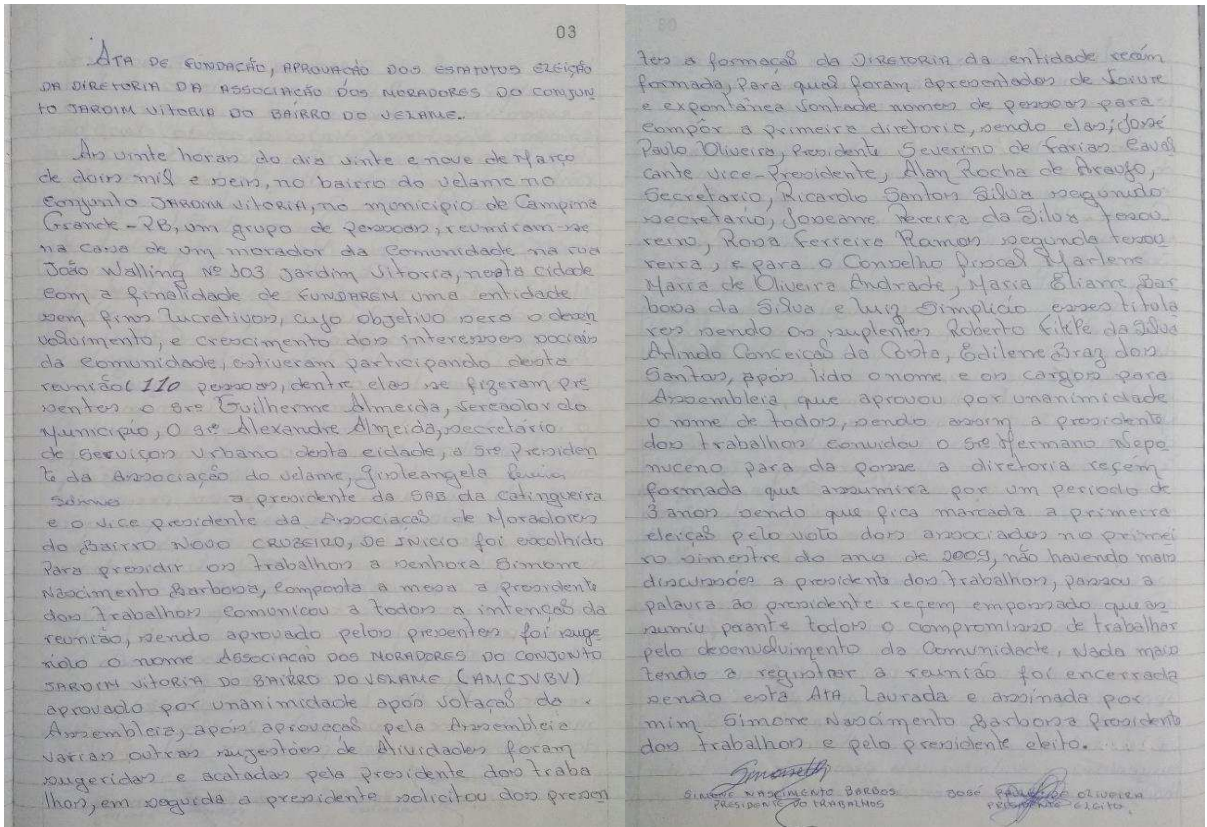

ESTADO DA PARAIBA
Câmara Municipal de Campina Grande
(Casa de Félix Araújo)

PROJETO de LEI Nº 082/2004
Em 01 de MAIO de 19 2004
Autor KATIELLO RODRIGUES VEIGA

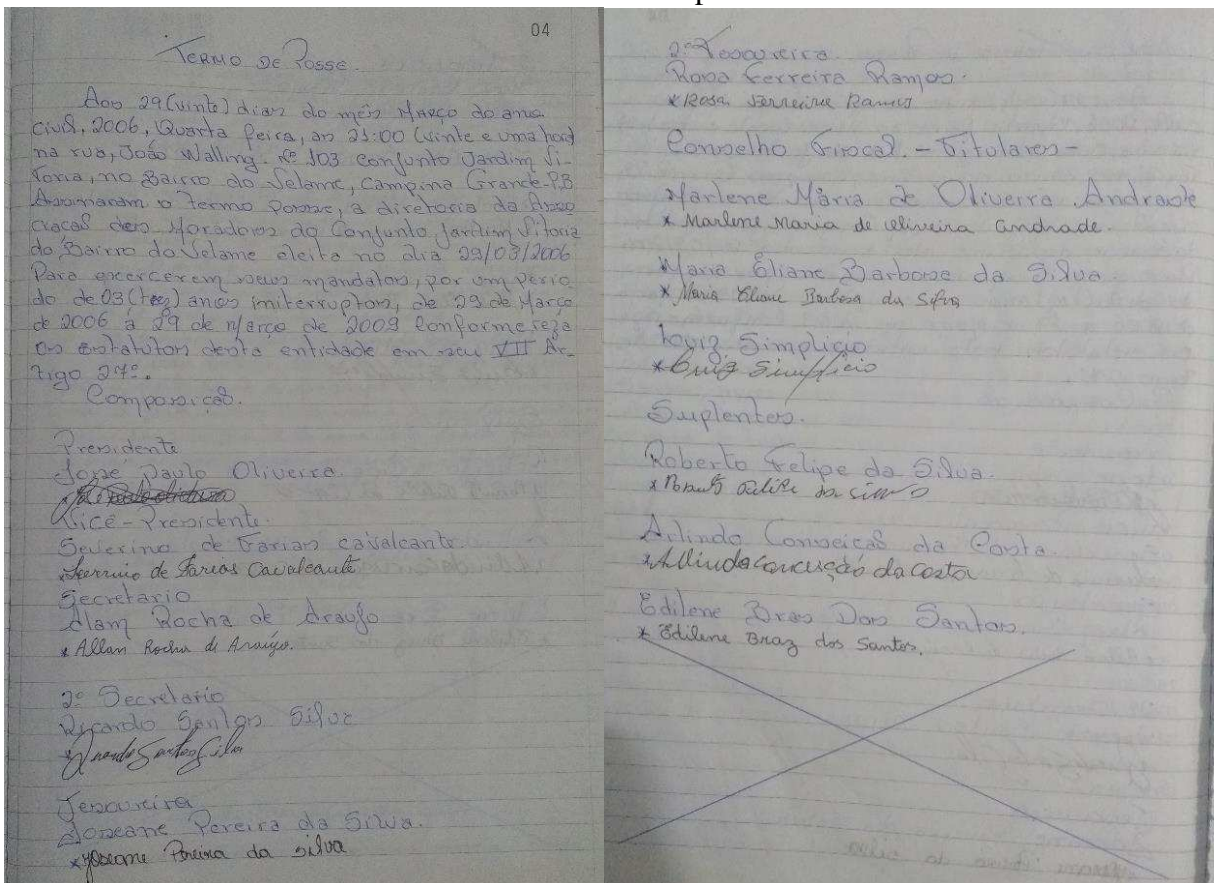
FAX: 3364.1304 - Telefone: 331.40

EMENTA: Denomina de "JARDIM VITÓRIA" área situada no Município de Campina Grande e dá outras providências.	DISTRIBUIÇÃO
A Comissão <u>Justiça e Redação</u> para dar parecer.	
S. S. Câmara Municipal <u>11 de 07</u> de <u>19 2004</u>	
<u>[Signature]</u> Presidente	
<u>[Signature]</u> Secretário	
Aprovado em sessão de <u> </u> de <u> </u> de <u>19</u> em 1ª. votação.	
S. S. Câmara Municipal	
<u>[Signature]</u> Presidente	
<u>[Signature]</u> Secretário	
Aprovado em sessão de <u> </u> de <u> </u> de <u>19</u> 2ª. votação.	
S. S. Câmara Municipal	
<u>[Signature]</u> Presidente	
<u>[Signature]</u> Secretário	
REDAÇÃO FINAL	
Aprovado em sessão de <u> </u> de <u> </u>	

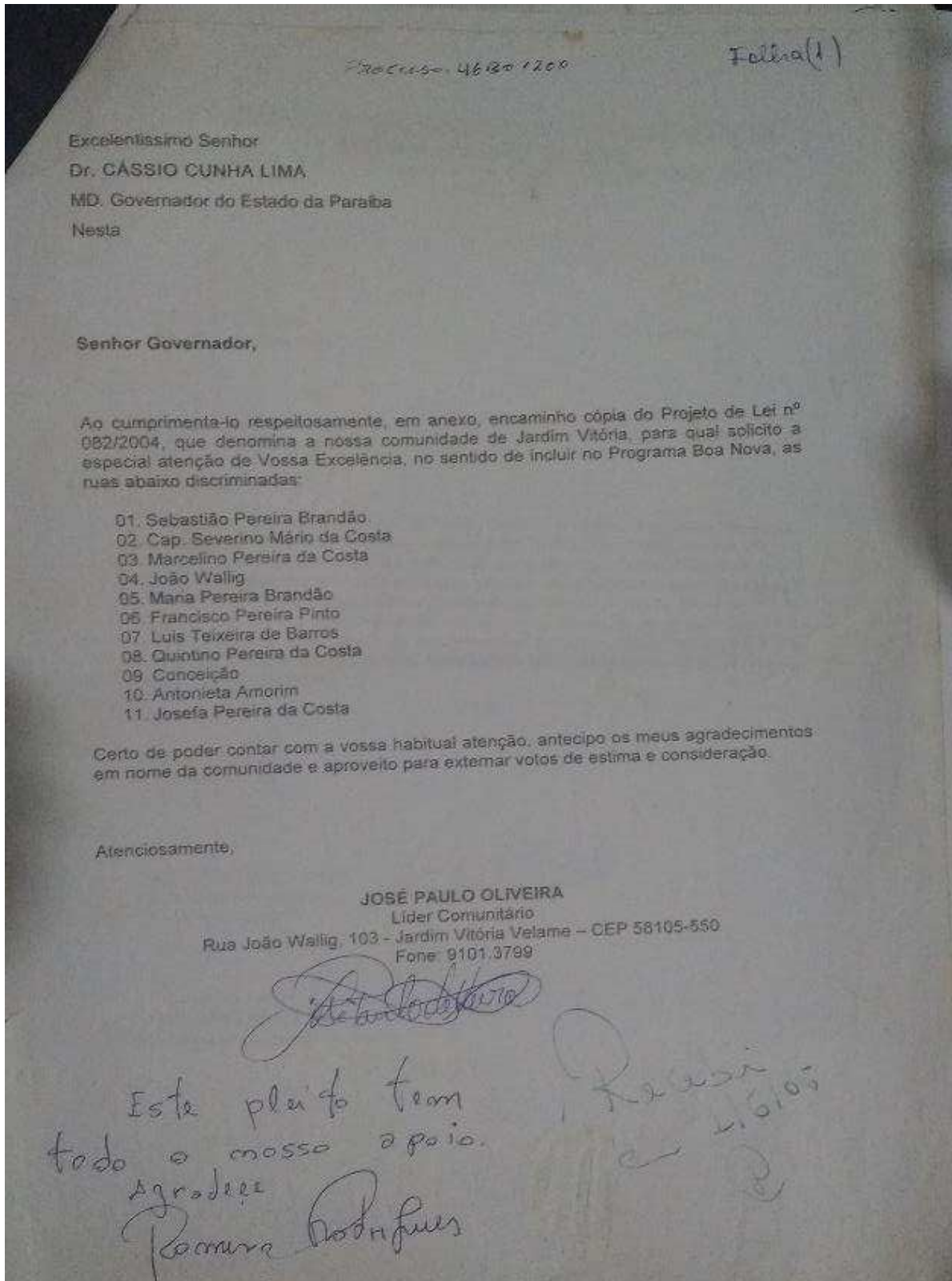
ANEXO 3: Imagem da Ata da Reunião para a eleição de representantes comunitários



ANEXO 4: Assinatura do Termo de Posse dos representantes eleitos em Assembleia



ANEXO 5: Documento que nomeia e reconhece as ruas do conjunto



ANEXO 6: Documentos do Programa Boa Nova (2005)



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA PARTICULAR DO GOVERNADOR

88113

João Pessoa, 10 de junho de 2005

Prezado José Paulo

Por recomendação do Excelentíssimo Senhor Governador Cássio Cunha Lima, vimos registrar o recebimento de sua carta solicitando os benefícios do "BOA NOVA" para a comunidade do Jardim Vitória. (Bairro do Velame)

Informamos que o pleito foi encaminhado à CAGEPA, onde será analisado objetivando o atendimento dentro dos critérios do Programa.

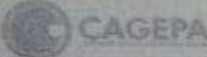
Atenciosamente

Cristina Chaves
CRISTINA CHAVES

Secretária Particular do Governador

Ilustríssimo Senhor
JOSÉ PAULO OLIVEIRA
Rua João Wallig, 103 - Jardim Vitória Velame
58105-550 CAMPINA GRANDE/PB

Anexo 7: Documentos da CAGEPA – Saneamento Básico (2006)

 CAGEPA

em 24.05
SUPLAN
M^{te} Rosana de Lima
Secretaria

CT PRE 0393/06

João Pessoa, 15 de maio de 2006

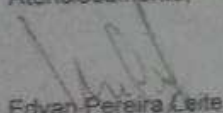
Ilustríssimo Senhor
Gerente **JOSÉ MARQUES FILHO**
GERÊNCIA REGIONAL DA SUPLAN EM CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE-PB

Ref. Implantação de esgotamento sanitário no bairro Jardim Vitória – C. Grande.

Senhor Gerente,

Em atenção ao expediente de Vossa Senhoria, encaminhando cópias de documentação já despachada com o Governador do Estado, Senhor Cássio Cunha Lima, referente a implantação da rede de esgoto sanitário na Comunidade Jardim Vitória na cidade de Campina Grande-PB, informamos que a referida obra está inserida em programas de saneamento a serem executados pela Cagepa neste exercício.

Atenciosamente,


Edvan Pereira Leite
Diretor Presidente

DIC para CRISTINA CHAVES – Secretária Particular do Governador
CAD para JOSÉ PAULO OLIVEIRA – Líder Comunitário do Jardim Vitória (Bairro do Velame)

Companhia de Água e Esgoto de Paraíba – CAGEPA
Rua Feliciano Correia, s/n – Jaqueira – João Pessoa-PB – Cep. 580-15-901
Fone: (33)3208.1300 – Fax: (33)3213.1288 – www.cagepa.pb.gov.br

